UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

HANS NERY BUCHMEIER DE OLIVEIRA

A CRISE NA UCRÂNIA DE 2013: SOB O DIREITO INTERNACIONAL E AS DIVERSAS ABORDAGENS DO REALISMO

Florianópolis

2015

HANS NERY BUCHMEIER DE OLIVEIRA

A CRISE NA UCRÂNIA DE 2013:
SOB O DIREITO INTERNACIONAL E AS DIVERSAS ABORDAGENS DO REALISMO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2015

HANS NERY BUCHMEIER DE OLIVEIRA

A CRISE NA UCRÂNIA DE 2013: SOB O DIREITO INTERNACIONAL E AS DIVERSAS ABORDAGENS DO REALISMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 20 de novembro de 2015

José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Luciano Daudt da Rocha, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Paulo Ferreira, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

A meu pai e sua negligência benigna e à minha mãe pelo seu apoio nas pequenas coisas.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos professores que fazem a diferença não só ao ensinar, mas ao nos fazer amar aprender. Ao professor Luciano e suas aulas irreverentes, que sempre tornava as aulas interessantes até mesmo nas segundas-feiras mais ociosas. À professora Kátia pela sua competência e por me apresentar à Economia. À professora Silvia por ser sempre prestativa e por me fazer amar as Relações Internacionais assim que comecei. Ao professor Paulo pelos debates e conselhos. Um agradecimento especial ao Prof. Baltazar, meu orientador, pela sua sempre presente cortesia e pela sua paixão ao dar as suas aulas. Por fim, à Izabela Pereira, pois sem ela esses anos de graduação não teriam sido os mesmos.

“A perfeição não é alcançada quando já não há mais nada para adicionar, mas quando já não há mais nada que se possa retirar” (Antoine de Saint-Exupéry).

RESUMO

A presente pesquisa busca fazer um estudo da Crise na Ucrânia, iniciada no final de 2013, sob as diversas abordagens teóricas da Teoria Realista das Relações Internacionais, além de avaliar a legalidade da anexação da Crimeia sob o Direito Internacional e sua relação com o realismo. Dentre os principais autores utilizados na fundamentação teórica das abordagens realistas no capítulo 2, subcapítulo 2.1, estão Tucídides, Hans Morgenthau, Keneth Waltz e Gideon Rose. Para a fundamentação dos conceitos de soberania e autodeterminação no subcapítulo 2.2, foram utilizados trechos da Carta das Nações Unidas e também, principalmente, os autores Gregory S. Brown, Leo Gross, Eric Hobsbawm e Frederic L. Kirgis. Já para a fundamentação histórica no subcapítulo 2.3 os principais autores consultados foram Paulo Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz. Já para a fundamentação sobre os alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia no subcapítulo 2.4, destacam-se John J. Mearsheimer e James Kurth. Por fim, para a Crise na Ucrânia em si, no subcapítulo 2.5, também se destacam Mearsheimer, Elsa Buchanan e Nick Thompson. No capítulo 3, a anexação da Crimeia é avaliada sob o Direito Internacional e relacionada com o realismo. Já no capítulo 4, conclui-se fazendo a análise da crise sob as diversas abordagens da Teoria Realista e comparando-as.

Palavras-chave: Crise na Ucrânia. Anexação da Crimeia. Realismo. Direito Internacional.

ABSTRACT

This research aims to study the Ukraine Crisis initiated at the beginning of 2013, under the various theoretical approaches of the Realist Theory of International Relations, furthermore it aims to evaluate the annexation of Crimea under the International Law and it's relation to realism. Among the main authors of the theoretical fundaments of the realists approaches of chapter 2, subchapter 2.1, are Thucydides, Hans Morgenthau, Keneth Waltz and Gideon Rose. For the theoretical fundaments of the concepts of sovereignty and self-determination in subchapter 2.2, parts of the United Nations Charter were used and also, mainly, the authors Gregory S. Brown, Leo Gross, Eric Hobsbawm and Frederic L. Kirgis. For the historical fundaments in subchapter 2.3 the main authors consulted were Paulo Fagundes Vicentini and Analúcia Danilevicz. About the North Atlantic Treaty Organization and European Union enlargements in subchapter 2.4, stands out John J. Mersheimer and James Kurth. Finally for the Ukraine Crisis in subchapter 2.5, also stands out Mersheimer, Elsa Buchanan and Nick Thompson. In chapter 3, the annexation of Crimea is evaluated under International Law and is associated to the realist theory. In chapter 4, the analyses are conducted having been based on the many theoretical approaches of the Realist Theory and are compared.

Palavras-chave: Ukraine Crisis. Annexation of Crimea. Realism. International Law.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A legitimidade de reivindicações de autodeterminação. 39
Figura 2 – O alargamento da União Europeia. 47
Figura 3 – Alargamento da OTAN. 47
Figura 4 – A OTAN e o Pacto de Varsóvia no período da Guerra Fria. 48
Figura 5 – Alargamentos da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia. 49
Figura 6 – Resultado das eleições de 2010 da Ucrânia e distribuição étnica da Crimeia. 52
Figura 7 – Territórios sob controle dos rebeldes no leste da Ucrânia. 56
Figura 8 – Ranking de qualidade democrática. 58
Figura 9 – Secessão e anexação da Crimeia na tabela de Kirgis. 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alargamento da União Europeia desde a queda da União Soviética. 45
Quadro 2 – Alargamento da OTAN desde a queda da União Soviética. 46
Quadro 3 – Linha do Tempo da Crise na Ucrânia. 53
Quadro 4 – As diferentes abordagens teóricas do Realismo. 68

LISTA DE ABREVIATURAS

CIS/CES – *Commonwealth of Independent States* (Comunidade dos Estados Independentes).

EUA – Estados Unidos da América.

OI – Organizações Internacionais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

RI – Relações Internacionais.

UE – União Europeia.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA 12
1.2 OBJETIVOS 13
1.2.1 Objetivo geral 13
1.2.2 Objetivos específicos 14
1.3 JUSTIFICATIVA 14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 15
1.4.1 Quanto à natureza da pesquisa 15
1.4.2 Quanto à abordagem de pesquisa 15
1.4.3 Quanto aos objetivos da pesquisa 15
1.4.4 Quanto aos procedimentos da pesquisa 16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 17
2.1 A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 17
2.1.1 O Realismo 19
2.1.1.1 As Raízes da Tradição Realista 20
2.1.1.2 O Realismo Clássico 23
2.1.1.3 O Neorrealismo ou o Realismo Estrutural 25
2.1.1.4 O Realismo Neoclássico 27
2.1.2 O Liberalismo 28
2.1.2.1 O Neoliberalismo ou o Liberalismo Institucional 30
2.2 SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO 31
2.2.1 A Paz de Westfália 31
2.2.2 As Revoluções de 1848, o surgimento do Nacionalismo e dos Estados-nação 34
2.2.3 A Soberania e a Autodeterminação dos povos na ONU 36
2.3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA 41
2.4 O ALARGAMENTO DA OTAN E DA UNIÃO EUROPEIA 44
2.5 A CRISE NA UCRÂNIA 49
3 A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA SOB O DIREITO INTERNACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O REALISMO 57
4 A CRISE NA UCRÂNIA E AS TEORIAS REALISTAS 62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 69
REFERÊNCIAS 71

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão expostos o tema e o problema, em seguida serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, juntamente da pergunta de pesquisa. Também será expressa a justificativa e serão descritos os procedimentos metodológicos.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Em fevereiro de 2014, iniciou-se uma revolução na Ucrânia que derrubaria o então presidente Viktor Yanukovych. Essa revolução instauraria uma crise internacional entre os Estados Unidos da América (EUA), seus aliados e a Rússia. O novo governo representava parte do setor da direita nacionalista e significativa parte da população do país que desejava aprofundar as relações com a União Europeia (UE), visando maior crescimento econômico e fundos para a realização de reformas estruturais. É importante ressaltar que o presidente deposto quando em ofício, de forma pragmática, também havia cogitado o estreitamento de relações com a União Europeia, tendo em vista os mesmos benefícios supracitados, entretanto, recusou a proposta após a oferta, pela Rússia, de um acordo que providenciava gás natural por um preço bem abaixo do mercado e de um empréstimo multibilionário (FREEDMAN, 2014), fundamental para a realização das reformas necessárias para a economia ucraniana. A recusa de Yanukovych à União Europeia levou aos violentos conflitos que acarretariam sua deposição e subsequente fuga e busca de asilo na Rússia, por conseguinte, levando ao desmoronamento da proposta russa.

No entanto, a Rússia não reconheceria esse acontecimento como revolução, e sim como um golpe de estado financiado pelos EUA, que capacitaria grupos de extrema direita que representariam uma ameaça à minoria russa (MIELNICZUK, 2014), além de estabelecer mais uma base da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) próxima à fronteira russa. Com a revolução aparentemente consolidada, o governo interino assinou o acordo de associação com a União Europeia e assegurou outro empréstimo multibilionário pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), além de mais suporte financeiro dos EUA e UE, porém, com a condição de comprometimento da Ucrânia em realizar reformas nos seus sistemas judiciário, político e financeiro. Logo após revolução em Kiev, outra reviravolta ocorreria no sul da Ucrânia, especificamente, na península da Crimeia, região composta por uma população de 2,3 milhões, majoritariamente de etnia russa. No final de fevereiro, ativistas e homens armados tomaram prédios governamentais, e em seguida realizaram um referendo para aderir

à Federação Russa, que foi aprovado pela maioria da população[1] e prontamente recebido pela Rússia.

Apesar dos protestos e contestações pelo mundo, a anexação da Crimeia estava efetivada e iria causar a imposição das primeiras sanções à Rússia e sua suspensão temporária do G8. Em abril, protestos pró-russos se espalharam pelo leste da Ucrânia no que parecia ser um *déjà vu* do que ocorrera na Crimeia, com a ocupação de prédios do governo e clamores por referendos para maior "autonomia". No mês seguinte, diversas cidades da bacia de Donets seriam ocupadas pelos protestantes, incluindo cidades importantes como Donetsk, Lugansk e Carcóvia, a segunda maior cidade do país. Embora o governo tenha recuperado Carcóvia no dia seguinte à sua ocupação, não conseguiria com as demais cidades, que declarariam independência como duas repúblicas: A República Popular de Donetsk e a República Popular de Lugansk; a guerra em Donbas[2] se inicia.

Desde então, a guerra chegou a um impasse. Ambas as repúblicas separatistas controlam metade ou menos dos territórios reivindicados, entretanto, controlam as cidades mais populosas, governando, portanto, a maioria da população das respectivas jurisdições. Dois acordos de cessar-fogo foram assinados, um setembro de 2014, considerado natimorto, e outro em fevereiro de 2015, que foi parcialmente cumprido, havendo escaramuças e violações de ambos os lados (KIRBY, 2015), levando a crer que não será definitivo. Considerando o que foi posto, questiona-se: **O que levou à Crise na Ucrânia de 2013 sob os pontos de vista das diferentes abordagens da Teoria Realista das Relações Internacionais?**

1.2 OBJETIVOS

Nesta seção serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos. O primeiro visa manifestar o interesse amplo da pesquisa e os objetivos específicos explicitarão os passos necessários a fim de cumprir o objetivo geral e de responder à pergunta de pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a Crise na Ucrânia sob diversas abordagens teóricas do Realismo.

---

[1] 96,77% votaram à favor da adesão à Federação Russa, de acordo com os dados oficiais.

[2] Região no extremo leste da Ucrânia, localizada na bacia do rio Donets, comumente chamada de Donbas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Conceituar os principais ramos da teoria realista, seu principal contraponto teórico e conceituar soberania e autodeterminação;

- Investigar sob o ponto de vista histórico, a origem do conflito;

- Avaliar a legalidade da anexação da Crimeia sob o Direito Internacional e relacionar com o realismo;

- Comparar e relacionar as diversas vertentes teóricas com a crise.

1.3 JUSTIFICATIVA

O autor tem por finalidade demonstrar tanto sob o enfoque histórico quanto sob a ótica doutrinária das relações internacionais, os motivos que levaram à chamada Guerra na Ucrânia. Tema este de relevante importância para os internacionalistas e interessados em Política Internacional, levando em conta que essa crise é considerada, como põe Mielniczuk (2014), "[...]o ponto mais tenso nas relações entre a Rússia e o Ocidente desde o fim da Guerra Fria". Além disso, o autor desta monografia convida à reflexão crítica dos acontecimentos apresentados, a fim de que se faça uma análise de prisma divergente de grande parte da mídia ocidental, que apresenta certo viés a um dos atores do conflito. Pois como teria dito Napoleão, "Que é a história senão uma fábula em que todos concordam? ".

Ademais, aumentar o conhecimento sobre o leste europeu ajuda a clarificar o estudo da geopolítica dessa região, que apesar da distância geográfica conosco, possui grande relevância, tendo em vista que um dos principais envolvidos do conflito é a Rússia, estado sucessor de uma antiga superpotência e, não obstante, uma potência nuclear. Apenas esse fato já revela a pertinência do assunto, igualmente, a depreciação na relação Rússia-OTAN causada pela crise, deflagrou diversos eventos provocatórios de ambos os lados, a chamada "flexão de músculos", que nos remete às demonstrações de força da era da guerra fria.

Portanto, o estudo dessas interações é de fundamental importância para o Brasil, que como país emergente e aspirante a detentor de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, deve cada vez mais se demonstrar antenado e ativo nas relações internacionais, expressando assertividade, mas mantendo a neutralidade tradicional da diplomacia brasileira, um desafio árduo, mas que pode ser batido com o crescente envolvimento e apresto dos brasileiros nas questões internacionais.

Ainda, o pesquisador almeja contribuir para o enriquecimento dos estudos sobre Política Internacional da Universidade do Sul de Santa Catarina e do aporte acadêmico brasileiro geral; quiçá encorajar outros acadêmicos a fazer o mesmo no futuro, já que as novas gerações serão os futuros *policymakers*[3]de nosso país.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi feita, essencialmente, através do estudo de livros, artigos e teses, principalmente, mas não se limitando à esfera das relações internacionais. Desse modo, o autor pretende explicar as principais causas da referida crise usando o realismo como base teórica. Ademais, serão apresentados os outros aspectos da pesquisa, quanto à natureza, abordagem, objetivos e procedimentos.

1.4.1 Quanto à natureza da pesquisa

A natureza desta pesquisa, conforme Kauark e outros (2010), objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, sendo, portanto, uma pesquisa básica.

1.4.2 Quanto à abordagem de pesquisa

O problema também será abordado através de pesquisa qualitativa, já que não serão usados métodos e técnicas estatísticas. Ainda como põe os autores supracitados, o ambiente natural será a fonte direta para a coleta de dados, sendo o pesquisador e sua análise o instrumento-chave de abordagem da pesquisa.

1.4.3 Quanto aos objetivos da pesquisa

Conforme já apresentado, o objetivo desta pesquisa será o de estudaras principais causas que levaram aos acontecimentos da chamada Crise na Ucrânia sob o prisma da teoria realista das relações internacionais, qualificando-a, portanto, como pesquisa exploratória; conforme aponta Gil (2008, p. 27):“As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade

[3] Os que formam as políticas decisórias.

desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.”

1.4.4 Quanto aos procedimentos da pesquisa

Esta pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica, já que será feita uma análise das obras de teoristas e acadêmicos, visando fundamentar as postulações aqui apresentadas. Segundo Gil (2008, p. 50): “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Esta monografia também se classifica como uma pesquisa documental, visto que também serão apresentadas partes de documentos oficiais.

Segundo Gil (2008, p. 51):

> A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Com isso, concluímos os procedimentos metodológicos, resumindo, portanto, a presente pesquisa em uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, sendo também, uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. A seguir será apresentada a fundamentação teórica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir serão apresentadas as bases teóricas para a fundamentação das postulações que serão feitas na análise de pesquisa no capítulo subsequente. Primeiramente será introduzida a Teoria das Relações Internacionais e como surgiu a disciplina das Relações Internacionais, além das principais teorias que compõem seu leque teórico, divididas em subcapítulos. Depois, serão tratados o conceito e o contexto histórico de soberania.

2.1 A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar da política internacional já ser estudada desde séculos passados, a consolidação das relações internacionais como disciplina autônoma é reconhecidamente atribuída após o fim da Primeira Guerra Mundial, com a criação em 1919 da Cátedra de Relações Internacionais na Universidade de Gales, Aberystwyth. Os horrores e alto custo de vidas humanas da Primeira Grande Guerra levaram os estudiosos da época a procurar saber quais tinham sido as causas que levaram a esse conflito. Por isso, no início havia uma predominância de um pensamento pacifista e cooperativista, o chamado liberalismo das Relações Internacionais, já que havia o desejo de evitar que outra guerra de grande magnitude ocorresse. Os liberais, acreditavam que a paz só seria atingida se a velha balança de poder do século XIX fosse substituída por um sistema de segurança coletiva (BURCHILL et al, 2005) e veriam esse sistema se materializar em 1920, com a criação da Liga das Nações. Os Estados Unidos liderados por Woodrow Wilson, um idealista, seria o grande propositor desse sistema, como representado no famoso discurso dos “14 pontos de Wilson” ou “14 pontos para a Paz”, em que pregava o fim dos acordos secretos entre os Estados, a livre navegação, o livre comércio, o fim do militarismo e o respeito da soberania entre os estados, além da resolução de diversos pontos de conflito da Primeira Guerra Mundial e da criação da própria Liga das Nações (WILSON, 1918).

No entanto, a “paz sem vencedores” de Wilson nunca ocorreria, como evidenciado pelo Tratado de Versalhes, que abriria caminho para o surgimento do Nacional Socialismo (nazismo) na Alemanha e o órgão predecessor da Organização das Nações Unidas, que também tinha por objetivo manter a paz mundial, falharia gravemente em seu objetivo, visto que vinte anos depois outra guerra mundial eclodiria. É importante se reconhecer que a Segunda Guerra Mundial não foi causada unicamente por falta de competência da Liga das Nações e sim por muitos fatores, no entanto, o fracasso da Liga em evitar a guerra estava de

certa forma, predestinado, considerando que o próprio Estado patrono da ideia não participava da organização (o senado americano não havia ratificado à adesão dos EUA a fim de evitar a participação desse país em eventuais conflitos), a Liga não tinha força para fazer cumprir suas resoluções e dependia da boa vontade das Grandes Potências, que não demonstravam entusiasmo.

A França com o Tratado de Versalhes, tinha um intento revanchista causado pela Guerra Franco-Prussiana de 1870, em que perdera para a aliança germânica liderada pelo brilhante estadista Otto von Bismarck, o "Chanceler de Ferro" (um verdadeiro adepto da *realpolitik*), que culminara na formação do Império Alemão.O isolacionismo americano, a fragilidade da Liga das Nações, o Tratado de Versalhes e a chamada "humilhação alemã", semeariam o surgimento do nacionalismo alemão e os eventos que acarretariam na Segunda Guerra Mundial (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Portanto, apesar dos esforços idealistas, a dura realidade da política internacional demonstrava que a solução proposta pelos liberais considerava a situação sob o ponto de vista dos vencedores ou dos que estavam satisfeitos com a situação. A primeira crítica significante a essa visão é feita por Edward H. Carr em sua obra "20 anos de Crise 1919 – 1939", em que ele alega que "utopistas" seriam culpados de ingenuidade e exuberância, onde o fervor visionário estaria na frente de uma análise imparcial. A reação dos críticos ao internacionalismo liberal dominou os primeiros anos da disciplina das Relações Internacionais e E. H. Carr estava entre os críticos mais severos, sendo sucedido por acadêmicos como Hans Morgenthau nos anos 40 e 50 (BURCHILL et al, 2005).

Segundo Gonçalves (2003), a evolução teórica das Relações Internacionais tem sido marcada por "Grandes Debates" entre as teorias dominantes e as teorias emergentes, cada uma tentando se colocar sobre a outra frente aos novos elementos que surgem no Sistema Internacional. Conforme o autor, o primeiro desses "Grandes Debates" aconteceu durante a década de 30 entre a então dominante corrente Liberal-idealista e a emergente corrente Realista. Após a Segunda Guerra Mundial, as teses realistas pareciam se confirmar e o realismo passou a ser a teoria dominante. No entanto, nos anos 50 o segundo "Grande Debate" ocorreu, dessa vez entre os Behavioristas e os Tradicionalistas, no entanto, segundo o autor, o interesse dos críticos behavioristas não era demonstrar a ineficácia do realismo, mas sim, elevar a sua credibilidade, através da introdução de metodologias científicas. Já o terceiro "Grande Debate" se passou durante os anos 70 e protagonizou o surgimento do neoliberalismo de Keohane e Nye contra o neorrealismo.

A disciplina das relações internacionais possui diversas ramificações e teorias, no entanto, apesar da dicotomia inicial entre o liberalismo e o realismo, algumas outras vêm se destacando como fontes teóricas alternativas. Das teorias clássicas, liberal e realista, surgiram seus desdobramentos e revisões, como o neoliberalismo institucional, o realismo neoclássico de Morgenthau, o neorrealismo de Kenneth Waltz, até os debates pós-bipolaridade do realismo ofensivo de Mearsheimer e do realismo de choque civilizatório de Samuel Huntington. Outras abordagens alternativas que também se destacam e vêm ganhando força são as da chamada escola inglesa, as do construtivismo e as da escola crítica ou radical, como a marxista, a feminista e até a chamada "ecopolítica" (CASTRO, 2012).

Como bem coloca Slaughter (2011, tradução nossa):

> O estudo das relações internacionais tem abordagens teóricas abrangentes. Algumas emergem de dentro da própria disciplina, enquanto outras foram importadas, em todo ou em parte de disciplinas como a Economia e a Sociologia. De fato, poucas teorias científicas sociais não foram aplicadas para o estudo de relações entre as nações. Muitas teorias das relações internacionais são internamente e externamente contestadas, e poucos acadêmicos acreditam em só uma ou outra teoria. Apesar dessa diversidade, muitas grandes escolas do pensamento são discerníveis, diferenciadas principalmente pelas variáveis em que enfatizam.

No entanto, em virtude dos objetivos dessa pesquisa, serão estudadas apenas as teorias realista e liberal (e suas vertentes), que serão apresentadas a seguir.

2.1.1 O Realismo

O realismo é uma das principais correntes teóricas das relações internacionais (RI). Tem cerne essencialmente político, sendo assim, também chamada de realismo político. Essa teoria possui uma visão pragmática do mundo e da política, principalmente da política internacional e do estudo das políticas externas dos Estados. A teoria realista tem diversas ramificações, mas todas essas centralizam em seu âmago, a busca do poder pelos Estados. Os realistas consideram os **Estados como os principais atores no Sistema Internacional** (SI), que seria **anárquico**, onde sempre buscariam seus próprios interesses e **competiriam pelo poder**. A ênfase do realismo no poder e interesse próprio, contrasta com o chamado liberalismo ou idealismo, que reforça a cooperação. Por ter certo ceticismo da relevância da ética nas relações entre os Estados, os realistas podem ser vistos como maquiavélicos, no entanto, nem todos os realistas negam a presença da ética nas relações internacionais. O realismo clássico, representado por autores como Hans Morgenthau e Reinhold Niebuhr, diferentemente do realismo radical, enfatiza a questão do interesse nacional, porém, sem a

doutrina de que “os fins justificam os meios”; tampouco glorifica a guerra e o conflito (KORAB-KARPOWICZ, 2013, tradução nossa, grifo nosso).

Para o autor (2013, tradução nossa):

> Em vez disso, eles [os realistas] são críticos do moralismo – discurso moral abstrato que não leva em consideração as realidades políticas. Eles colocam valor supremo na ação política baseada na prudência: a habilidade de julgar a retidão de determinada ação dentre outras possíveis alternativas baseando-se nas consequências políticas mais prováveis.

O autor ainda estabelece as raízes da tradição realista baseadas nos seguintes autores: Tucídides, Maquiavel e Hobbes. A seguir será apresentada uma breve análise de cada um deles e de suas respectivas obras, que são os alicerces da teoria realista.

2.1.1.1 As Raízes da Tradição Realista

A teoria realista pode ter suas raízes traçadas desde a antiguidade clássica com Tucídides (460-411 A.C) em sua obra “História da Guerra do Peloponeso”. Nela ele descreve toda a história da guerra entre Atenas e Esparta e sua importância, porém, é no Livro Quinto no chamado “Diálogo dos Mélios” que vemos o primeiro debate realista-idealista conhecido. Nesse diálogo vemos a negociação entre enviados atenienses com os representantes da cidade insular de Melos, que procurava se manter neutra no conflito. Em diversos parágrafos no estilo teatral a negociação é contada, com os atenienses demandando a submissão, caso contrário Melos seria destruída. Os mélios apelam à honra e à neutralidade, depois à esperança e finalmente à ajuda divina, sendo rebatidos todas as vezes pelos atenienses, que pedem sensatez e dizem que a submissão a uma cidade mais forte, não seria humilhante (TUCÍDIDES, 2001).

Como conta Tucídides (2001, p. 347-348, grifo nosso):

> Atenienses: “De nossa parte, então, não usaremos de frases bonitas, dizendo que exercemos o direito de dominar porque derrotamos os persas, ou que estamos indo contra vós porque fomos ofendidos, apresentando num longo discurso argumentos nada convincentes; não julgamos conveniente, tampouco, que afirmeis que não vos juntaste a nós na guerra por serdes colonos dos lacedemônios, ou que desejeis convencer-nos de que não nos ofendestes de forma alguma. **Preferimos pensar que esperais obter o possível diante de nossos e vossos sentimentos reais**, **pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem**”.

Ainda segundo o autor, quando os atenienses dizem a icônica frase de que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem (afirmando que a justiça só é válida quando a discussão é entre iguais em força), os mélios continuam a tentar argumentar apesar de serem alertados de que a decisão que tomarem, selará o destino da cidade: salvação ou destruição. Apesar de reconhecerem sua inferioridade de poder, os mélios dizem que confiam que o favor divino será a sua vantagem, pois seriam homens pios enfrentando homens injustos e que acreditam que os espartanos viriam socorrê-los por questão de afinidade étnica e de honra.

Os atenienses rebatem friamente, conforme Tucídides (2001, p. 351, grifo nosso):

> [...] Dos deuses nós supomos e dos homens sabemos que, **por uma imposição de sua própria natureza, sempre que podem eles mandam**. Em nosso caso, **não impusemos esta lei nem fomos os primeiros a aplicar seus preceitos; encontramo-la vigente e ela vigorará para sempre depois de nós**; **pomo-la em prática, então, convencidos de que vós e os outros, se detentores da mesma força nossa, agiríeis da mesma forma.** Logo, no tocante ao favor divino é compreensível que não receemos estar em desvantagem. Quanto à vossa opinião a respeito dos lacedemônios e à vossa firme confiança em que, por uma questão de honra, eles certamente virão a socorrer-vos, embora apreciando a vossa ingenuidade nós não invejamos a vossa insensatez.

Após o longo diálogo, os mélios finalmente recusam o ultimato ateniense e então são sitiados e vencidos, com toda a população masculina de idade militar passada ao fio da espada e as crianças e mulheres escravizadas. Através do Diálogo dos Mélios pode-se ver o quanto questões abstratas, como a honra ou a religiosidade, podem ser perigosas quando se trata da governança, o mesmo vale para a moralidade. Quando os atenienses dizem que o homem por natureza manda e que a lei de dominação do mais forte sempre existiu e sempre existirá, podemos associar, respectivamente, aos conceitos de Thomas Hobbes (1588-1679), do "estado de natureza", no qual o homem estaria naturalmente em constante conflito e do chamado "lobo hobbesiano", em que o homem é como um lobo para o homem, um predador.

No entanto, os idealistas não aceitavam o mundo como ele é e sempre tentaram descobrir como a política "deveria ser". Platão, Aristóteles e Cícero estão entre os idealistas políticos que acreditavam na existência de valores morais universais em que a vida política poderia ser baseada. Baseado no trabalho de seus antecessores, Cícero desenvolveu a ideia de uma lei moral natural que seria aplicável tanto na política doméstica quanto na internacional. Suas ideias a respeito da retidão na guerra foram levadas adiante nos escritos de pensadores cristãos como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. No final do século XV, quando Nicolau Maquiavel nasceu, a ideia de que a política, incluindo a relação entre os Estados, deveria ser virtuosa e de que os métodos bélicos deveriam ser subordinados a padrões éticos, ainda era predominante na literatura política. Maquiavel (1469-1527) desafiou essa tradição

moral predominante, portanto, se estabelecendo como um inovador na política. A novidade em sua abordagem está em sua crítica ao pensamento político clássico ocidental, o qual considera irrealista, e na separação da ética da política. Desse modo, ele estabelece as fundações da política moderna (KORAB-KARPOWICZ, 2013).

No capítulo XV, o florentino quebra com o pensamento tradicional ao afirmar que busca a verdade extraída dos fatos e não da imaginação. Ele ainda denota a necessidade fundamental do pragmatismo sobre à moral.

Conforme Maquiavel (2005, p. 90-91, grifo nosso):

> [...] Mas, sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir em busca da verdade extraída dos fatos e não à imaginação dos mesmos, [...] **Em verdade, há tanta diferença de como se vive e como se deveria viver, que aquele que abandone o que se faz por aquilo que se deveria fazer, aprenderá antes o caminho da sua ruína do que o de sua preservação**, eis que um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão da bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons. **Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom e usar ou não da bondade, segundo a necessidade.**

Para Maquiavel, a verdade extraída dos fatos era a única verdade digna de se buscar. Ela representa a soma das condições práticas que ele acredita que são necessárias para fazer tanto o indivíduo quanto o país, prósperos e fortes. Ele ainda substitui a antiga *virtue* (a qualidade moral do indivíduo, como a justiça e a moderação) com a *virtù*, a capacidade ou vigor. Como o profeta da *virtù*, ele promete liderar tanto nações quanto indivíduos à glória e poder terrenos. O maquiavelismo é um tipo radical de realismo político, que é aplicado tanto nos assuntos domésticos quanto nos assuntos internacionais. É uma doutrina que nega a relevância da moralidade na política e que defende que todos os meios são justificáveis para atingir a certos fins políticos. Apesar de Maquiavel nunca usar a frase *ragione di stato* ou seu equivalente francês, *raison d'etat*, o que importa para ele é justamente isso: o que é bom para o Estado e não escrúpulos éticos e normas (KORAB-KARPOWICZ, 2013).

Ainda como raiz teórica do realismo, seguindo cronologicamente, temos a teoria contratualista de Thomas Hobbes (1588-1679). Para Hobbes no estado de natureza, haveria uma guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*), em que cada um faria o que quisesse e onde não haveria a possibilidade de vida civilizada. Seria necessário então um acordo ou contrato no qual todos abririam mão, ao mesmo tempo, dos seus direitos de natureza e o concentrariam no Estado. O Estado seria representado por um soberano ou corpo coletivo, que teria a função de manter a paz e a ordem. Influenciado pela Guerra Civil Inglesa, Hobbes delineou esses conceitos em sua obra "Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um

Estado Eclesiástico e Civil" (comumente chamada de Leviatã), em que reforça a necessidade de uma autoridade central forte, baseada no contrato social, soberania e representação (BRAUCH, 2004).

2.1.1.2 O Realismo Clássico

As relações internacionais no período pós-guerra (1945) foram profundamente influenciadas pelos trabalhos dos chamados realistas "clássicos" como John H. Hertz, Hans Morgenthau, George Kennan e Raymond Aron. No entanto, E. H. Carr e Hans Morgenthau talvez sejam os mais influentes no desenvolvimento do realismo clássico do século XX (KORAB-KARPOWICZ, 2013). Como já dito anteriormente, Carr se destaca por ser um dos pioneiros realistas e um dos primeiros críticos à onda liberal após a Primeira Guerra Mundial, iniciando os chamados Grandes Debates. Isso demonstra a sua importância para a história das Relações Internacionais e para o realismo, no entanto, no presente trabalho será estudado o realismo clássico de Hans Morgenthau.

O autor segue os mesmos princípios pragmáticos e racionais das raízes do realismo, renunciando conceitos abstratos e enfatizando a importância da experiência com a realidade. Para o autor, a história do pensamento político moderno não é mais do que o embate entre o liberalismo e o realismo.

Sobre o realismo em contraponto ao liberalismo, Morgenthau (2003, p. 4, grifo nosso) explica:

> [...] o mundo, imperfeito como é do ponto de vista racional, resulta do encontro de forças inerentes à natureza humana. Assim, para poder melhorar o mundo, seria necessário trabalhar com essas forças, e não contra elas. Tendo em vista que vivemos em um universo formado por interesses contrários, em conflito contínuo, não há possibilidade de que os princípios morais sejam algum dia realizados plenamente, razão por que, na melhor das hipóteses, devem ser buscados mediante o recurso, sempre temporário, ao equilíbrio de interesses e à inevitavelmente precária solução de conflitos. Assim sendo, essa escola vê em um sistema de controles recíprocos um princípio universal válido para todas as sociedades pluralistas. Ela recorre mais a precedentes históricos do que a princípios abstratos e tem por objetivo a realização do **mal menor em vez do bem absoluto**.

Além disso, o autor estabelece seis princípios para o realismo político. O primeiro princípio, assim como na citação acima, defende que a política, assim como a sociedade, é governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana e que para melhorar a sociedade, é necessário entender as leis que a regem, pois, desafiá-las levariam ao fracasso. Ele ainda propõe se colocarem no lugar de um político que está frente a um problema e pensar quais seriam as alternativas racionais para a resolução desse problema, para assim entender o

que levou a determinada ação. O segundo princípio traz o conceito de interesse definido em termos de poder e estabelece como falácias a busca por motivações e preferências ideológicas nas ações dos atores do Sistema Internacional. O terceiro princípio defende que o interesse definido como poder é constante e universal na história da humanidade.

O quarto princípio reforça a importância da separação da moral e da ética da política, assim como já visto anteriormente sobre Maquiavel e a moral privada. Mesmo assim, o autor ainda defende a importância da moral, porém, sobretudo da prudência na política.

Segundo Morgenthau (2003, p. 20):

> Tanto o indivíduo como o Estado têm de julgar a ação política segundo princípios morais, tais como o da liberdade. Embora o indivíduo conte com o direito moral de sacrificar-se em defesa de tal princípio moral, o Estado não temo direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da ação aparentemente moral. Desse modo, o realismo considera que a prudência - a avaliação das consequências decorrentes de ações políticas alternativas - representa a virtude suprema na política.

O quinto princípio renuncia qualquer aspiração de moral universal de uma nação. O sexto princípio separa o realismo político em sua própria dimensão intelectual, com suas próprias leis. No entanto, ainda defende que não se deve ignorar outros tipos de pensamentos, entretanto, deve-se subordinar qualquer um que interfira na esfera política. Desse modo, um realista não é necessariamente maquiavélico ou imoral.

Conforme Morgenthau (2003, p. 23):

> A defesa realista da autonomia de ação no campo político contra a subversão de total autonomia por seguidores de outros modos de pensar não implica descaso em relação à existência e à importância desses outros modos de pensar. Subentende, ao contrário, que cada qual deve contar com sua função e esfera de atividade adequada. O realismo político baseia-se em uma concepção pluralista da natureza humana. O homem real é um ente compósito do "homem econômico", do "homem político",do "homem moral", do "homem religioso", etc. Alguém que fosse somente um "homem político" seria na realidade um mero animal, pois estaria completamente desprovido de freios morais.Um outro que se limitasse a ser um "homem moral" não passaria de um tolo, pois significaria ser alguém totalmente privado de prudência. Um homem que não passasse de um "homem religioso" seria um santo, pois desconheceria totalmente os desejos mundanos.

Do realismo político de Morgenthau, podemos concluir que o autor defende que um realista deve ser prudente e pragmático, distanciando-se da moralidade abstrata, ao mesmo tempo em que reconhece a importância dessa na política. Morgenthau quer que, sobretudo, um realista jogue o jogo pelas suas regras, isto é, considerando a anarquia do Sistema Internacional e a natureza humana, seja ela dotada de características imperfeitas e ao mesmo

tempo morais. Tudo isso, aliado à racionalidade faria com que melhor previssemos entendêssemos e os eventos possíveis e os eventos passados da Política Internacional.

2.1.1.3 O Neorrealismo ou o Realismo Estrutural

Apesar dos realistas traçarem com frequência as raízes do realismo a Tucídides, levaria aproximadamente 2500 anos para que o estudo das Relações Internacionais se institucionalizasse como disciplina acadêmica e para que os primeiros realistas, chamados realistas clássicos, surgissem. A obra de Hans Morgenthau, "A Política entre as Nações", estabeleceu o realismo como o campo de estudos dominante das Relações Internacionais por duas gerações. No entanto, a hegemonia clássica seria eventualmente sucedida pelo neorrealismo de Keneth Waltz em sua obra de 1979, "Teoria das Relações Internacionais". Ao tentar desenvolver um realismo sistêmico e científico, Waltz dividiu a escola realista em dois blocos, sendo eles o realismo clássico e o neorrealismo (PASHAKHANLOU, 2009).

As principais diferenças entre os dois blocos são, primeiro, os realistas clássicos consideram a imperfeição da natureza humana como o centro da guerra e dos conflitos internacionais, enquanto os neorrealistas consideram a anarquia do sistema internacional como o âmago dos conflitos; segundo, no realismo clássico os Estados são ontologicamente superiores ao sistema, já o neorrealismo abre mais espaço para flexibilidade nessa questão; terceiro, os realistas clássicos diferenciam os estados em potências status-quo e potências revisionistas, enquanto os neorrealistas consideram os estados unitários; quarto, o neorrealismo tenta construir uma abordagem mais científica e rigorosa para o estudo das Relações Internacionais, já o realismo clássico se limita a análises subjetivas (PASHAKHANLOU, 2009).

As teorias das Relações Internacionais são ou reducionistas ou sistêmicas, lidando com eventos tanto no nível subnacional quanto no nível supranacional. As teorias reducionistas explicam os acontecimentos internacionais de fora para dentro, sendo o sistema internacional um mero resultado de forças internas dos Estados. Uma teoria reducionista é então, uma teoria sobre o comportamento das partes (WALTZ, 1979).

No entanto, segundo Waltz (1979, p. 65, tradução nossa):

> Não é possível entender a política mundial simplesmente enxergando dentro dos Estados. Se os objetivos, políticas, e ações dos Estados se tornam assuntos de atenção exclusiva ou até de preocupação central, então somos forçados de volta ao nível descritivo; e de simples descrições nenhuma generalização válida pode ser logicamente feita. [...] Cada Estado chega a políticas e decide suas ações de acordo com seus próprios processos internos, mas suas decisões são moldadas pela própria presença de outros Estados e por interações com eles.

Quando o autor afirma que nenhuma generalização válida pode ser feita através de simples descrições, ele se refere às teorias reducionistas, que seriam insuficientes para entender a política internacional. Ao analisar a situação doméstica de cada Estado, cada observador fará com uma visão diferente, adicionando variáveis subjetivas. E isso iria multiplicar o número de variáveis envolvidas na análise de forma que a qualidade científica cairia drasticamente. Outro argumento sobre o porquê uma análise ao nível das unidades (Estados) pode ser enganosa, se deve ao fato de que as decisões tomadas nesse nível raramente têm os efeitos desejados. Isto é, os efeitos sobre as decisões são influenciados e moldados por eventos externos. Conforme Waltz (1979, p. 68, tradução nossa):

> Se os mesmos efeitos vindos de diferentes causas ocorrem, então limites devem estar operando nas variáveis independentes de forma que afetam os resultados. Alguém não pode incorporar os limites tratando-os como uma ou mais variáveis independentes com todas no mesmo nível, porque os limites podem operar em todas as variáveis independentes e porque eles o fazem de diferentes maneiras enquanto os sistemas mudam. Já que alguém não pode fazer essa incorporação, uma redução não é possivelmente adequada, e uma abordagem analítica deve abrir caminho para uma sistêmica.

Portanto, seria necessário se fazer uma análise holística do sistema. Daí o nome de teoria sistêmica e do nome realismo estrutural (que se refere à estrutura do sistema).Além disso, a estrutura do sistema que moldaria as ações dos agentes e agências, mas não diretamente, e sim através da socialização e competição entre eles (WALTZ, 1979, p. 74).

Por fim, Waltz examina a estrutura do sistema através de três perspectivas. A primeira é através do **princípio da ordenação**, que se refere aos princípios de subordinação e coordenação, relacionados a um sistema hierárquico e um anárquico, respectivamente. A segunda perspectiva, é analisada através da **especificação das funções das unidades do sistema**, que depende das diferentes atividades realizadas pelos atores do sistema e que determinam a especialização desse. A terceira e última perspectiva é averiguar a **distribuição de capacidades entre as unidades do sistema**, incluindo a distribuição de recursos entre os Estados, como “tamanho da população e território, recursos naturais, capacidade econômica,

força militar, estabilidade política e competência" (COELHO; MIRANDA, 2013, grifo nosso).

Conforme Coelho e Miranda (2013):

> Ao analisar a estrutura do sistema internacional, de acordo com os seus princípios, Waltz (1979) chega à conclusão que ela é anárquica e que cada unidade pode, portanto, contar apenas consigo mesma – a lógica da autoajuda (WALTZ, 1979). Assim, o estado natural entre os Estados é considerado a guerra, pois a violência está sempre presente na anarquia. Através do monopólio legítimo do uso da força, os Estados buscariam garantir seus objetivos por meio da autoajuda, dificultando a cooperação entre os Estados. [...] Em tal sistema anárquico, a única forma de diferenciação entre os Estados é através da distribuição de *capabilities*, que influencia as interações entre os Estados fazendo surgir, por exemplo, grandes potências. Os Estados buscam manter a paz no sistema internacional através da balança de poder, na qual eles promovem a manutenção de sua posição relativa através da presença de um equilíbrio no sistema internacional. Como os Estados buscam a sobrevivência, a preocupação central, de acordo com Waltz, é se defender e não necessariamente maximizar o poder (WALTZ, 1979).

Tendo isso em vista, é possível notar que o estudo de Keneth Waltz foi de grande importância para as Relações Internacionais. A contribuição intelectual do autor serviu para dar mais prestígio à jovem disciplina das RI, além de dar renovada relevância à teoria realista. Seu método primoroso, porém, de fácil entendimento, fez com que levasse o neorrealismo a ser uma teoria pertinente e forte em sua época e até mesmo nos dias de hoje, sendo a base inclusive, da renovação da própria teoria liberal, fundando também o neoliberalismo.

2.1.1.4 O Realismo Neoclássico

O termo "realismo neoclássico" foi cunhado por Gideon Rose em um artigo de revisão de 1998 da *World Politics.* Esta teoria incorpora tanto variáveis externas quanto internas, atualizando e sistematizando ideias do pensamento realista clássico. Seus adeptos argumentam que a ambição e o enfoque da política externa de um país são guiados, sobretudo por seu lugar no sistema internacional e precisamente por sua capacidade relativa de poder material. O impacto de tais capacidades de poder é complexo e indireto, porque as pressões sistêmicas devem ser traduzidas através de variáveis no nível das unidades (KITCHEN, 2010).

Em outras palavras, o realismo neoclássico utiliza as suposições e estrutura do neorrealismo para "atualizar" o pensamento realista clássico. No entanto, diferente de Waltz que descarta as análises ao nível das unidades, por supostamente criarem variáveis infinitas, o realismo neoclássico vê a análise ao nível das unidades como uma forma de levar em conta e

enfrentar a própria complexidade desse tipo de análise, que seria necessária para se compreender o todo, mesmo que para isso sejam feitas análises de caráter subjetivo.

Conforme argumenta Kropatcheva (2011, p.31, tradução nossa):

> O realismo neoclássico reflete essa tendência de procurar por meios de aplicar diferentes materiais/objetivas, mas também subjetivas categorias explanatórias, tanto de natureza externa quanto interna. [...] Por exemplo, percepções, memórias históricas, cultura e outros fatores subjetivos desempenham um papel "na seleção e implementação de respostas da política externa para o ambiente internacional". [...] Além disso, fatores subjetivos se tornaram uma parte da *Realpolitik:* "No atual sistema internacional, Estados não competem por poder militar... Mas Estados disputam por status, influência, e prestígio – ordem de hierarquia internacional".

Os realistas neoclássicos argumentam que o poder material relativo estabelece os parâmetros básicos da política externa de um país; conforme a máxima de Tucídides: "os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem". No entanto, os realistas neoclássicos deixam claro que não existe uma conexão perfeita ou imediata entre as capacidades materiais e o comportamento da política externa. As escolhas da política externa são tomadas por líderes políticos e elites, então são suas percepções de poder relativo que importam e não apenas quantidades relativas de recursos físicos. Isso significa que do curto ao médio termo, a política externa dos países pode não seguir necessariamente um objetivo material de poder próxima e continuamente. E finalmente, pressões sistêmicas e incentivos podem moldar os contornos e a direção geral da política externa sem serem fortes ou precisos o suficiente para determinar detalhes específicos do comportamento dos Estados. Por todas essas razões, os realistas neoclássicos acreditam que para entender as conexões entre o poder e políticas requerem um exame próximo do contexto em que as políticas externas são formuladas e implementadas (ROSE, 1998).

2.1.2 O Liberalismo

O liberalismo como teoria e conceito das relações internacionais é assim chamado por ter suas raízes no pensamento liberal proveniente do iluminismo do século XVIII. Assim como os pensadores iluministas, os liberais acreditam na racionalidade do ser humano e têm maior otimismo em relação à natureza humana, sendo por isso muitas vezes chamados de idealistas principalmente pelos adeptos do realismo. O liberalismo se estabelece como o outro extremo frente à teoria herdeira de pensadores como Maquiavel e Thomas Hobbes e liderou a princípio a disciplina das Relações Internacionais em seu surgimento.

Segundo Gonçalves (2003), as bases do pensamento liberal estão nas ideias formuladas por John Locke, Montesquieu, Adam Smith e Immanuel Kant. Para os teóricos liberais, as ideais de livre comércio, democracia e regulação jurídica seriam suficientes para garantir a paz e a prosperidade do mundo. O livre comércio aproximaria os povos e faria com que buscassem a prosperidade e não a guerra. A difusão da democracia levaria a chamada "paz democrática" ou "paz kantiana", conceito de Immanuel Kant no qual as democracias seriam menos propensas a entrarem em guerra umas com as outras, já que a decisão de entrar em guerra estaria nas mãos da população (que prefere a paz) e não nas de um tirano arbitrário. Por fim, o Direito Internacional complementaria essas ideias, proporcionando maior ordem na anarquia do Sistema Internacional, isto é, por meio das Organizações Internacionais (OIs).

Segundo Hedley Bull citado por Magalhães (2012):

> Para Kant, a essência das relações internacionais não reside no conflito entre estados, mas na relação entre seres humanos. Concebe-se o potencial de serem os indivíduos os atores centrais nas relações internacionais. Os estados, a igreja e outras organizações são instituições temporárias que canalizam interações internacionais. Indivíduos podem constituir uma *sociedade mundial* alicerçada em valores e normas cosmopolitas que limitariam a ação dos estados. E «esses imperativos não pregam a coexistência e a cooperação entre os estados, e sim a derrubada do sistema de estados e sua substituição por uma sociedade cosmopolita».A paz perpétua adviria da constituição dessa *sociedade mundial* com instituições supranacionais regendo repúblicas com governos representativos.

Ainda segundo Magalhães (2012), a crise dos anos 30, a Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do Sistema Internacional na Guerra Fria e o medo de uma guerra nuclear, desacreditaram as teses liberais das Relações Internacionais. A negligência dos liberais da luta pelo poder demonstrava a distância que existia entre os desejos de paz por eles aspirados e a realidade conflituosa existente. Portanto, durante grande parte desse período, o realismo foi considerado como o único meio capaz de entender e abordar as Relações Internacionais e seus aspectos. Porém, o fim repentino da Guerra Fria e da União Soviética tomou o mundo de surpresa e o realismo foi então culpado por não prever esse evento, levando a uma retomada das teses liberais.

Como já demonstrado anteriormente sobre os "Grandes Debates", a disputa entre as duas principais correntes teóricas das Relações Internacionais, cada teoria teve o seu momento de "supremacia" em um respectivo momento, no entanto, hoje a disputa está cada vez mais acirrada, com o surgimento de novas perspectivas, portanto, as teorias tradicionais têm se reformulado e se adaptado às novas realidades.

2.1.2.1 O Neoliberalismo ou o Liberalismo Institucional

Essa teoria compartilha de preceitos realistas, no entanto, defende que a cooperação entre os Estados pode ser facilitada e deve ser perseguida através de instituições internacionais.

Conforme Slaughter (2011, tradução nossa):

> Os institucionalistas compartilham de algumas suposições do Realismo sobre o sistema internacional – de que é anárquico, que os Estados são egoístas, atores racionais buscando aumentar suas condições materiais, e de que a incerteza permeia as relações entre os países.

Para a autora, essas instituições seriam uma forma de normalizar o Sistema Internacional, através da concordância de regras entre os atores no Sistema Internacional. Saindo de um sistema *ad hoc* e aumentando as interações entre os Estados através de um canal contínuo de negociações. Ainda, países que deveriam lidar repetidamente com outros países através de uma instituição, seriam encorajados a cooperar a curto prazo com vistas a benefícios a longo prazo. Isso também iria aumentar a previsibilidade das ações dos Estados, portanto diminuiria as incertezas que enfraquecem as chances de cooperação e faria com que o prestígio internacional fosse mais útil e importante.

Segundo Keohane e Nye (2001, p. 30, tradução nossa):

> Realistas da tradição de Hans J. Morgenthau retrataram um mundo em que Estados, agindo por interesse próprio, lutam por "poder e paz". Assuntos de segurança são dominantes; a guerra ameaça. Em tal mundo, pode-se concluir que as instituições internacionais terão um papel pequeno, limitado pela rara congruência desses interesses. Organizações internacionais são então claramente periféricas para a política mundial. Mas em um mundo de múltiplos assuntos imperfeitamente ligados, em que coalizões são formadas transnacionalmente e transgovernamentalmente, o papel potencial de instituições internacionais em barganhas políticas é enormemente aumentado. Particularmente, eles ajudam a fazer a agenda internacional, e agem como catalisadores na formação de coalizões e como arenas para iniciativas políticas e união entre Estados fracos.

Para Slaughter (2011), as instituições internacionais também aumentariam a eficiência das negociações. Ao ter instituições fixas de variadas competências, os Estados teriam maior facilidade em resolver determinadas questões e também diminuiriam custos, já que não teriam que resolver cada questão *ad hoc*. O institucionalismo seria então uma explicação racionalista, teórica e empírica do por que a lei internacional funciona e serviria para a elaboração de instituições internacionais mais efetivas e longevas.

2.2 SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO

Antes do século XIX, na Europa o cenário político era marcado por vários impérios, onde o Estado era representado pela figura do monarca. A Revolução Capitalista (também conhecida como Revolução Comercial) deu origem ao Estado-nação moderno – a unidade político-territorial que cobre toda a superfície do globo. Anteriormente, a principal unidade político-territorial era o império. Enquanto os agentes sociais nos impérios eram oligarquias que cobravam impostos de suas colônias, o Estado-nação tem sua nação ou sociedade civil como o principal agente, e o estado como instrumento fundamental para conseguir atingir seus objetivos políticos: segurança, crescimento, liberdade, justiça social e proteção do meio-ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2008).A seguir será apresentada a contextualização histórica do que hoje entendemos por soberania, desde à Paz de Westfália de 1648 até à carta da Organização das Nações Unidas.

2.2.1.1 A Paz de Westfália

Conforme Brown (2007), a Paz de Westfália foram os tratados assinados em Münster e Osnabrück (que ficam na região chamada de Westfália ou Vestefália) que levaram ao fim à Guerra dos Trinta Anos e à Guerra dos Oitenta Anos. Essas guerras, principalmente a Guerra dos Trinta Anos, causaram perdas humanas e materiais catastróficas à Europa, especialmente na Europa Central, onde hoje é a Alemanha. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) a princípio foi causada pela disputa religiosa entre Estados católicos e protestantes do Sacro Império Romano-Germânico até se tornar uma disputa hegemônica entre a França e a Áustria (o arquiduque da Áustria era também o Sacro Imperador Romano) na Europa continental.

Um século antes havia sido adotado no Sacro Império Romano-Germânico o princípio *Cujus regio, ejus religio* em que a religião do soberano deveria ser a religião de seus súditos. Como os territórios ficavam à mercê de quem os governasse, áreas protestantes temiam ser subordinadas ao catolicismo novamente. Os generais dos Habsburgo conseguiram grandes vitórias no começo da guerra, porém, a Suécia interviu a favor dos protestantes que virou a guerra por um momento, até virar novamente e levar os príncipes protestantes a assinarem uma paz de compromisso em 1635. No entanto, a França decidiu intervir para conter o poder da dinastia dos Habsburgo e sua reivindicação de “monarquia universal”,

portanto, retirando o aspecto religioso do começo da guerra e a alongando por mais 13 anos (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA; BROWN, 2007)

Ainda segundo aquele autor, a Paz de Westfália foi uma grande e complexa conquista diplomática, que levou a uma nova era nas relações internacionais. Essa também era uma novidade, já que pela primeira vez, um tratado de paz foi escrito por representantes de todas as partes ao invés de apenas algumas. Vários diplomatas ajudaram a esboçá-lo, que estabeleceu o precedente de um congresso diplomático que persiste como modelo até hoje. Depois de 1648, um novo sistema de Estados surgiu na Europa que durou até o final do século XVIII, tendo dois princípios sidos especialmente importantes, o princípio da soberania e o da *raison d'etat*, ou "razão de Estado". Esse sistema de Estados se dá pelo reconhecimento mútuo de seus territórios e pelo princípio da não-intervenção em assuntos domésticos de cada um.

Como complementa Brown (2007, tradução nossa, interpolação nossa):

> Soberania significava que o Estado era a última autoridade de determinado território e seus habitantes. O poder do Estado poderia ser representado por um rei, parlamento ou por uma burocracia de oficiais de estado. O próprio Estado apareceu para representar o poder legal público que existia além da pessoa do rei. Intimamente ligado ao princípio de soberania era o princípio da razão de estado, que colocava os interesses do Estado acima de todas as outras considerações, até moralidade ou religião [como na intervenção da França católica contra os Habsburgo a favor da Alemanha protestante]. [...] Razão de Estado foi um conceito frequentemente usado para justificar expansão territorial.

O reconhecimento da soberania entre os Estados quebrava com o antigo conceito de "monarquia universal" e as diretrizes estabelecidas em ambos os tratados da Paz de Westfália que colocavam que todas as partes "seriam obrigadas a defender e proteger todos e cada artigo dessa paz contra qualquer um, sem distinção de religião", também se colocavam contra a supremacia da religião. O Tratado de Münster estabelecia que os membros do Sacro Império Romano-Germânico deveriam resolver suas disputas por meios pacíficos e que sanções individuais e coletivas seriam postas contra o eventual agressor, isso serviu de modelo para os futuros tratados e também para reforçar a ideia de reconhecimento da soberania entre os outros Estados da Europa (GROSS, 1948).

A monarquia universal é um conceito que estabelece a supremacia de um monarca sobre outros ou sobre toda a terra. Esse conceito se origina na supremacia do Império Romano em sua época, porém, também tem um aspecto religioso devido à associação do Cristianismo com Roma desde o século V, quando o Papa Leão I estabeleceu um status especial a Roma como protetora da Igreja. Com a queda de Roma após as invasões bárbaras, a "monarquia

universal" se perdeu até voltar após as conquistas de Carlos Magno, rei dos francos, quando este unificou boa parte da Europa ocidental, criando até então, a única entidade política a chegar próxima à magnitude do Império Romano do Ocidente, sendo declarado *Imperator Augustus* pelo papa Leão III. Mesmo que seu império não tenha durado após sua morte, o título de imperador passou a ser reclamado pelos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico, que mesmo sem a posse *de facto* de territórios do antigo Império Romano, se consideravam como soberanos *de jure* desses territórios, sendo os reis da Europa, seus vassalos, pelo menos "de direito", logo o nome "monarquia universal" (BRYCE, 1895).

Portanto, o reconhecimento de soberania entre os Estados europeus erodiu ainda esse conceito, pois, cada vez menos os soberanos europeus reconheciam qualquer entidade acima dos seus respectivos Estados, mesmo que simbolicamente.

Como explica Gross (1948, p. 38, tradução nossa):

> [...] a ideia da Idade Média de uma ordem objetiva das coisas personificada pelo Imperador na esfera secular, pareceria um dos aspectos mais vitais das consequências da Paz de Westfália e do seu lugar na evolução das relações internacionais. [...] Ao invés de anunciar a era de uma genuína comunidade de nações subordinadas à Lei das Nações, levou à era dos Estados absolutistas, invejosos de sua soberania territorial ao ponto onde a ideia de uma comunidade internacional se tornou quase uma frase vazia e onde a lei internacional dependia da vontade de Estados mais preocupados em preservar e expandir seu poder do que em estabelecer um Estado de Direito.

Além de se fazer reconhecer a soberania dos Estados europeus, a Paz de Westfália também serviu para promover o conceito de balança do poder, já que para que a soberania desses Estados seja possível, não deve haver nenhum poder acima de cada um deles.

Como põe Gross (1948, p. 27, tradução nossa):

> [...] a manutenção do sistema de Estados depende da preservação de uma balança de poder entre suas partes componentes e independentes. Existem evidências substanciais para o fato de que apesar do princípio da balança de poder se desenvolveu antes de 1648, a Paz de Westfália é a primeira a ilustrar sua aplicação em grande escala.

Portanto, a Paz de Westfália foi fundamental para o desenvolvimento dos conceitos de soberania, da razão de Estado e da balança de poder, esse claramente demonstrado no Concerto da Europa de 1815, após as guerras napoleônicas. Há controvérsias sobre a persistência do sistema e soberania westfalianos, dado os adventos da globalização e do multilateralismo. Entre a ala conservadora e realista, o sistema westfaliano ainda é em maior parte tido como presente no sistema internacional.

2.2.2 As Revoluções de 1848, o surgimento do Nacionalismo e dos Estados-nação

Entre 1789 e 1815, a Europa fora quase toda transformada. Os garantidores de lealdade como legitimidade dinástica, direito divino, direito histórico, continuidade de poder ou coesão religiosa foram severamente enfraquecidos. Desde 1789 todos os legitimadores tradicionais do poder estatal ficariam sob permanente desafio. A revolução francesa e as guerras napoleônicas com seus ideais de "liberdade, igualdade e fraternidade" colocaram em xeque o poder tradicional do absolutismo. Mesmo com a derrota de Napoleão Bonaparte e o surgimento do Concerto da Europa de 1815, que restabeleceu o absolutismo e estabeleceu uma balança de poder, entre 1789 até 1848, o sistema político-legal da época, o feudalismo, foi essencialmente abolido na Europa Ocidental. Apesar da aparente vitória do *ancien régime* (antigo regime), as sementes plantadas em 1789 logo floresceram e até 1848, o constitucionalismo já havia começado a substituir o absolutismo. Antes de 1884, a noção de nação era diferente da noção ligada ao Estado que temos hoje. Examinando dicionários antigos, como o Dicionário da Real Academia Espanhola, o autor percebeu que antes desse ano, o conceito de nação se relacionava somente aos habitantes de uma determinada região, já que antes disso não havia a ideia nacionalista, a pátria de alguém era o lugar que a pessoa tinha nascido seja quem quer que governasse, portanto, a pátria não era seu país ou Estado. O autor ainda argumenta que o Estado Francês surgiu antes do que seria o "povo francês", tendo o Estado unido as nações que viviam no território (como os gascões, auverneses e limusinos) e seus dialetos, usando os aparatos governamentais como leis e a educação pública para formar uma identidade nacional. A degola do rei Luís XVI por traição após este permitir a entrada de exércitos estrangeiros para reinstituir o absolutismo depois da Revolução Francesa de 1789, demonstra como a imagem do rei agora não estava mais intrinsecamente associada ao Estado e que os interesses da nação, como a união dos cidadãos que viviam na França, estava acima dos interesses do monarca, não mais o rei era o Estado, como havia afirmado Luís XIV, o rei-sol (HOBSBAWM, 1992, 1996, interpolação nossa).

Ainda mais, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, além de defender os direitos individuais e coletivos inspirados pelos ideais de liberdade do iluminismo e pelo direito natural, também evidenciou o conceito de soberania popular, como demonstrado pelo seu artigo 3º: "O princípio de toda Soberania reside essencialmente na Nação. Nenhuma instituição nem nenhum indivíduo podem exercer autoridade que não emane expressamente dela" (ASSEMBLEIA NACIONAL, 2006).

As Revoluções de 1848 começaram em Paris, com a queda de François Guizot, primeiro ministro da França, após esse proibir a reunião de opositores em um banquete. O que começou com brados de resignação do primeiro ministro, logo se tornou em brados nacionalistas e demandas pela instauração da república. Após as notícias da revolução em Paris chegarem em outros países, logo maior parte da Europa entraria em um redemoinho revolucionário, com diversos efeitos em cada país (JONES, 2013). No entanto, uma das principais características das Revoluções de 1848 foi seu teor nacionalista. De fato, a Revolução Francesa deu um grande estímulo ao nacionalismo moderno, porém, esse se limitava à França. Após 1848, ideias nacionalistas serviram de inspiração revolucionária por toda a Europa (DANN; DINWIDDY, 1988; HOBSBAWM, 1996).

Com o desenvolvimento do conceito de soberania e com o surgimento do nacionalismo no século XIX, resultantes do processo histórico da Paz de Westfália de 1648, da Revolução Francesa e das Revoluções de 1848, abriu-se caminho para o surgimento do que hoje conhecemos como Estados-nação. Segundo Kazancigil e Dogan (1986, apud UNESCO, tradução nossa): "O Estado-nação é uma área onde as fronteiras culturais coincidem com as fronteiras políticas. O ideal de um 'Estado-nação' é um Estado que incorpora um povo de uma única etnia e tradições culturais".

No presente contexto, os Estados-nação principais seriam os formados pela unificação alemã e italiana, ocorridas após as convulsões nacionalistas após as Revoluções de 1848, em 1871 e 1870 respectivamente. Os irredentistas italianos iriam usar de diversos meios para finalmente anexar todas as regiões de maioria italiana ao novo Reino da Itália, às despesas do Império Austro-Húngaro. O pangermanismo na Alemanha nazista levaria à anexação de diversos territórios de inúmeros países (VISENTINI; PEREIRA, 2012).

Como colocam Visentini e Pereira (2012, p. 59):

> Já o nacionalismo, revelou-se uma das ideologias mais importantes, emergindo como desdobramento da Revolução Francesa e da Era Napoleônica ou reação a elas, representando um movimento paralelo à ascensão da burguesia ao poder. A ideia de soberania nacional, de autonomia como expressão da liberdade e certa concepção romântica do povo (*volkgeist*) contribuía para a formação da nação, que daria uma nova base ao Estado moderno.

Os processos de unificação iniciados menos de 20 anos após as Revoluções de 1848 demonstram o quanto a questão de identificação popular com o Estado se tornou importante. Porém, como sugere Stuart Mill, citado por Hobsbawm (1992, p. 19, tradução nossa): "[...] membros de uma nacionalidade 'desejam estar sob o mesmo governo, e desejam que seja um governo por eles mesmos ou por uma porção exclusivamente deles". Portanto, o

surgimento do nacionalismo como força política e o seu uso por políticos habilidosos como Bismarck e Cavour, redesenharam as fronteiras da Europa e fizeram nascer novas Grandes Potências no Sistema Internacional.

2.2.2.1 A Soberania e a Autodeterminação dos Povos na ONU

Para que se possam entender os principais argumentos de ambos os lados, é necessário estudar os conceitos de soberania e autodeterminação do Sistema Internacional atualmente, para então analisar o porquê da ilegalidade da reincorporação da Crimeia e das lutas por autonomia no leste da Ucrânia. Para isso, será feita uma breve introdução sobre a Organização das Nações Unidas e seus ideais e então serão discutidos os conceitos supracitados.

Segundo a Organização das Nações Unidas (2015), "A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais". Após a devastação e das milhões de mortes causadas pela Segunda Guerra Mundial, sentiu-se a necessidade de estabelecer mecanismos que melhor garantissem a paz e o equilíbrio no Sistema Internacional. Para isso, representantes de 50 países se reuniram em São Francisco entre abril e junho de 1945, na chamada Conferência sobre Organização Internacional ou Conferência de São Francisco. Lá foi elaborada a Carta das Nações Unidas, documento fundador da Organização das Nações Unidas (ONU), porém, a ratificação da carta só aconteceria em 24 de outubro de 1945, pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, além da maioria dos signatários; a partir de então esse passou a ser o "Dia das Nações Unidas". Além disso, a ONU é o maior exemplo do projeto da corrente liberal das teorias das Relações Internacionais, como estabelece seu preâmbulo:

> Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Seguindo esses ideais defensores dos direitos e da igualdade dos homens e das nações, além de reafirmar a importância do direito internacional e promover o

desenvolvimento social, o preâmbulo ainda reforça a necessidade da paz e denuncia o uso indiscriminado da força; novamente conforme o preâmbulo:

> E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros, como bons vizinhos, unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, e empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

A Carta da ONU, o documento mais importante da organização, estabelece a primazia dessa organização em relação a outros acordos internacionais, conforme o Art. 103: "No caso de conflito entre as obrigações dos membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta". Em sua criação, também foi definido que para o melhor funcionamento da organização, seus membros se comunicariam oficialmente nos seguintes idiomas: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. E para o cumprimento de suas funções, a ONU seria composta principalmente por seis órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. No primeiro artigo da Carta, se normatiza os princípios de paz, segurança e igualdade defendidos no preâmbulo e se estabelece a ONU como o centro para a harmonização das ações das nações para a realização desses objetivos. É também no inciso 2º do artigo I onde se encontra pela primeira vez o conceito de autodeterminação dos povos, conforme o inciso: [Os propósitos das Nações unidas são] "Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de **autodeterminação dos povos**, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal". No segundo artigo, os incisos também continuam a fortalecer os mesmos princípios, no entanto, é o inciso 4º que se relaciona com o conceito de soberania, conforme este: "Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, grifo nosso).

A autodeterminação dos povos está intimamente associada à Woodrow Wilson, que usou o termo publicamente pela primeira vez em 1918, porém, esta ideia só surgiu como um princípio do Direito Internacional na Conferência de São Francisco em 1945 graças à insistência da União Soviética. Esse conceito não estava presente na Liga das Nações e até então não era popular. Em 1921, uma comissão internacional rejeitou uma versão extrema

desse conceito no caso das ilhas Aland. Lá a população era de maioria sueca, no entanto, o território pertencia à Finlândia, ainda assim, essa comissão julgou a favor desse país e rejeitou a proposta de secessão, então foi afirmado que (KIRGIS, 1994, tradução nossa):

> Conceder às minorias, seja de idioma ou religião, ou à frações de uma população o direito de se retirar de uma comunidade a qual pertencem, porque é de seu desejo ou a seu bel-prazer, iria destruir a ordem e a estabilidade dentro dos Estados e inauguraria a anarquia na vida internacional; iria levantar uma teoria que é incompatível com a própria ideia de Estado como uma união territorial e política.

Segundo o autor, a delegação dos Estados Unidos na Conferência de São Francisco tinha receios de ressuscitar a ideia de autodeterminação em forma de tratado. Ainda assim, essa ideia conseguiu adentrar à Carta das Nações Unidas nos artigos 1 e 55 como o princípio de "igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos". Os criadores da Carta não se importaram em definir quem eram os "povos", mas o Ministro de Relações Exteriores Soviético chamava a ideia de "igualdade e autodeterminação de nações", na esperança de contribuir com as populações das colônias sob mandato da Liga das Nações.

Apesar da amplitude e flexibilidade do conceito, a autodeterminação se desenvolveu ainda mais através da ONU em 1960, com a adoção de uma resolução pela Assembleia Geral que sem oposição, estabeleceu que todos os povos tivessem direito à autodeterminação e iniciou-se então um processo de descolonização sob os auspícios da organização. Em 1966, o conceito foi expandido com a adoção do "Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais" e do "Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos", que elevaram o direito à autodeterminação como um direito humano fundamental. Então em 1970 foi adotada por consenso a resolução mais completa e impositiva sobre o princípio da autodeterminação, a chamada "Declaração do Direito Internacional Referente às Relações Amistosas e à Cooperação entre os Estados, conforme a Carta das Nações Unidas" (THÜRER; BURRI, 2008, tradução nossa).

Conforme os autores (grifo nosso), segundo esse documento, "o princípio de direitos iguais e autodeterminação dos povos consagrados na Carta das Nações Unidas" abrange o direito de todos os povos de "livremente determinar, sem interferência externa, seu status político e de perseguir seu desenvolvimento econômico, social e cultural", assim como abrange o dever de cada Estado "de respeitar esse direito de acordo com as provisões da Carta". A resolução ainda acrescenta que **"o estabelecimento de um Estado soberano e independente, a livre associação e integração a um Estado independente, ou a**

emergência em qualquer outro status político livremente determinado por um povo constitui modos de implementação do direito de autodeterminação".

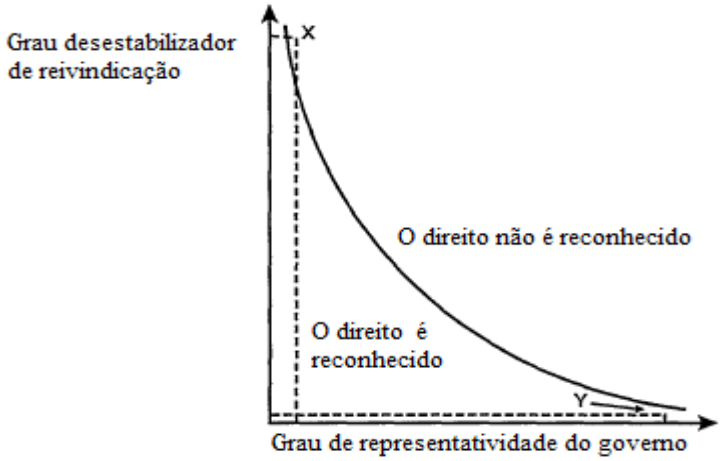
Ademais, segundo Kirgis (1994, grifo nosso), o direito à autodeterminação foi reiterado na Declaração de Viena em 1993 na Conferência Mundial de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em que sofreria uma mudança significativa. A Declaração de Viena isenta do perigo de secessão do direito de autodeterminação apenas **"um governo que representa todo o povo pertencente a um território sem distinção de nenhum tipo"**, uma verdadeira ruptura da formulação de 1960 da Assembleia Geral em que dizia: "Qualquer tentativa objetivando o rompimento parcial ou total de uma unidade nacional e da integridade territorial de um país é incompatível com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas".

Mesmo assim, tanto Thürer e Burri (2008) quanto Kirgis (1994) reconhecem que o princípio da autodeterminação está sujeito a complexos fatores políticos e, portanto, esse direito não deve ser abusado. Thürer e Burri (2008) consideram que a força motora do princípio da autodeterminação reside internamente, isto é, em relações dentro dos Estados e de suas constituições internas, na chamada autodeterminação interna. Para os autores, o princípio da autodeterminação é apenas um dos elementos que constituem a ordem mundial e que mesmo em sua forma mais ampla, não tem um caráter absoluto e que a Carta da ONU se refere à autodeterminação no contexto da segurança e estabilidade internacional e dos direitos humanos, portanto, deveria ser interpretado e aplicado em luz desses princípios.

De forma parecida, Kirgis (1994) considera o direito de autodeterminação, como um instrumento não vinculativo, e de que se refere apenas a uma *opinio juris* (opinião jurídica), porém, que no campo dos direitos humanos, uma forte demonstração de *opinio juris* pode se sobrepor a práticas estatais fracas e estabelecer uma norma consuetudinária. O autor ainda oferece uma relação gráfica que tenta demonstrar a probabilidade de uma reivindicação baseada no princípio da autodeterminação ser reconhecida internacionalmente.

Conforme a figura a seguir:

Figura 1 – A legitimidade de reivindicações de autodeterminação.



Fonte: Kirgis, 1994, p. 309, adaptação e tradução nossa.

Para o autor, a linha vertical representa o grau desestabilizador da reivindicação, estando a busca por autodeterminação interna ou a busca por maior autonomia nos patamares mais baixos e o desmembramento ou secessão de um Estado no outro extremo. A linha horizontal representa o grau de representatividade de um governo, por exemplo, com uma ditadura no grau mais baixo e uma democracia plena no grau mais alto. Se o valor estiver acima da curva, o direito à autodeterminação não será reconhecido, já se estiver abaixo da curva, significa que será reconhecido. Portanto, se determinado povo busca maior autonomia dentro de uma democracia, é provável que esse direito seja reconhecido. No entanto, se o mesmo povo busca a secessão ou o desmembramento do hipotético Estado democrático, é provável que o direito à autodeterminação não seja reconhecido nesse caso. O mesmo vale para o oposto, quanto mais autoritário for um Estado, maior a chance de reivindicações por autodeterminação serem reconhecidas.

Assim sendo, a flexibilidade ainda existente nas abordagens do princípio de autodeterminação, seja em sua forma mais ampla ou específica, e a falta de uma norma definitiva no Direito Internacional, demonstra a importância e primazia dos interesses dos Estados no Sistema Internacional sobre a evolução desses ideais no âmbito da Organização das Nações Unidas e sobre a tentativa de regulamento do ambiente anárquico em que se encontram os Estados como atores racionais, sob o prisma realista das Relações Internacionais. Já que muitos Estados poderosos, como a França, Reino Unido e Itália, têm a perder no que se refere a movimentos separatistas que poderiam eventualmente usar desse

instrumento de secessão e consequentemente diminuírem o poder desses Estados. Portanto, esse princípio foi moldado de modo que continue a manter a paz e a estabilidade no Sistema Internacional.

2.3 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA

Com o fim da guerra fria em 1991, a geopolítica entrou em mais um período de reorganização. Há quase meio século o mundo vivera em um equilíbrio tênue entre duas superpotências, cada uma com sua ideologia levando meio mundo consigo, juntamente com o medo certo da destruição mútua de uma possível guerra nuclear, que felizmente nunca ocorreu. No entanto, a União Soviética se dissolvera juntamente com seu modelo socialista. Apesar dos receios desse longo período bipolar, o início da era pós-guerra fria foi marcado, subitamente, por um otimismo não vivenciado em muitos anos, inclusive tendo sido proclamado durante o período, que a humanidade chegara ao "fim da história", na qual não haveria mais uma real disputa entre modelos socioeconômicos, e que a democracia liberal e a economia de mercado seria, respectivamente, a última forma de governo e sistema produtivo; o ocidente aparentemente havia triunfado (VISENTINI; PEREIRA, 2012; FUKUYAMA, 1992).

Esse sentimento seria reafirmado ainda em 1991, com a atuação da Organização das Nações Unidas na Invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein, quando forças de coalizão liderada pelos EUA, sob os auspícios da comunidade internacional (inclusive da União Soviética), libertaram o Kuwait, cumprindo estritamente o que lhe foram conferidos pela Resolução 678 do Conselho de Segurança da ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1990; PECEQUILO, 2012). Apesar do uso da força, essa intervenção fora legitimada pela ONU, demonstrando que, supostamente, agressões não seriam toleradas, reforçando cada vez mais a visão multilateral das relações internacionais, onde o mundo pós-bipolar não seria um mundo unipolar como acreditava Krauthammer (1990), mas sim um mundo novo e diferente, em direção a uma nova ordem mundial e a uma longa nova era de paz, como afirmara George H. W. Bush (1990) em discurso à Assembleia Geral da ONU.

Essa nova ordem mundial citada pelo presidente Bush pai, era creditada pelo novo período de *détente*[4]ou de abrandamento das relações entre Estados Unidos e União Soviética,

[4] Termo usado para definir a diminuição das tensões entre os Estados Unidos e União Soviética na guerra fria (EURASIAN UNION).

iniciado pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS, Mikhail Gorbachev, pai das políticas *perestroika* e *glasnost*[5]. Estas políticas ambicionavam reformar tanto a economia quanto a política soviética, engessadas pelo sistema de economia planificada ou centralizada dos *apparatchiks*[6]e pela elite política oligárquica do chamado "centralismo democrático" da *nomenklatura*[7], no entanto, o subsequente fracasso dessas reformas junto às inesperadas explosões nacionalistas e queda dos governos comunistas do bloco oriental do Pacto de Varsóvia, levariam a uma fracassada tentativa de golpe pelo setor linha dura do Partido Comunista em agosto de 1991, que temia o colapso da União Soviética, mas que fatalmente acabaria selando o destino que procuravam prevenir ao minar a autoridade de Gorbachev e pavimentar a ascensão de Boris Yeltsin na Rússia. O destino da única superpotência concorrente à hegemonia dos Estados Unidos da América seria finalmente decidido no Tratado de Belavezha, firmado pelos líderes da Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, decretando a dissolução da União Soviética e estabelecendo a Comunidade de Estados Independentes (CEI), Gorbachev abdicaria no natal de 1991 e admitiria que a URSS não existia mais. A visão da chamada "Nova Ordem Mundial" de George H. W. Bush pressupunha a parceria da União Soviética de Gorbachev, que não mais existia, portanto, a visão de cooperação multipolar das grandes potências agindo conjuntamente com a comunidade das nações para manter a paz mundial parecia cada vez mais improvável (RUTLAND, 2006; VISENTINI; PEREIRA, 2012; RT, 2011; EURASIANUNION, 2011).

Embora Bush tenha saído vitorioso da primeira guerra do golfo, perdurou-se uma sensação de incompletude da "Operação Tempestade no Deserto", já que Saddam Hussein permanecia no poder (POPE, 2004). Ademais, o sucesso da campanha no Iraque, não seria o suficiente para reeleger o presidente americano nas eleições de 1992, que aumentou impostos para combater a recessão do início dos anos 90 e o déficit orçamentário, descumprindo uma promessa de campanha de 1988, depois de afirmar de forma assertiva que não o faria (KESSLER, 2012). Então, Bill Clinton assume como presidente em 1993 e inicia uma fase de revisão estratégica nos Estados Unidos, já que a antiga estratégia de contenção provava-se obsoleta, visto que não havia mais quem conter, portanto, a partir de então os americanos passam a adotar a estratégia de engajamento e expansão (PECEQUILO, 2012), tentando aproveitar o momento para preencher o vazio de poder deixado pela União Soviética ao

---

[5]*Perestroika* significa literalmente "reestruturação" e *glasnost "*abertura", em linhas gerais, a primeira está ligada à reestruturação econômica e a segunda à abertura política (RUSSIAPEDIA).

[6] Membros da burocracia, do aparato governamental. Termo comumente derrogatório (RUSSIAPEDIA).

[7] Membros da alta administração ligados ao Partido Comunista, os oligarcas (OXFORD DICTIONARIES).

mesmo tempo em que promoviam o livre comércio internacional e mantinham boa relação com a Rússia de Yeltsin.

O interregno democrata é encerrado em 2000 com a eleição do presidente republicano George W. Bush, filho de George H. W. Bush, reiniciando a agenda neoconservadora. A princípio as novas ameaças à segurança dos EUA vinham de "fontes não tradicionais", como a proliferação de materiais nucleares dos arsenais soviéticos, da instabilidade dos chamados "estados falidos", do crescimento do crime organizado e do tráfico internacional de drogas. Não obstante, a Rússia mostrou-se um parceiro relutante nos esforços contra esses problemas, uma vez que enfrentavam dificuldades domésticas resultante da transição para à "democracia de mercado" e os EUA não articularam uma visão clara de cooperação internacional. A política externa americana já derivava ao isolacionismo quando os ataques de 11 de setembro de 2001 lhe deram uma nova missão: a guerra global ao terror. Para Rutland (2006, p. 13, tradução nossa):

> O fim da "história" não significava um fim dos conflitos ao redor do mundo. Novos motivos para combates surgiram para substituir a rivalidade ideológica da Guerra Fria – nacionalismo e fervor religioso. O professor de Harvard Samuel Huntington argumentou que um "choque de civilizações" substituiria o choque de ideologias da era pós-1945.

Já no Leste, em 25 de dezembro de 1991, a Rússia, claro estado sucessor da União Soviética, começou sua transição para à democracia. Como colocam, a transição pode ser dividida em duas etapas, quando Gorbachev renunciou e a bandeira vermelha foi substituída pela bandeira tricolor, com a Rússia assumindo o lugar da União Soviética e as outras 14 repúblicas aderindo às Nações Unidas; e também em 1993 quando uma nova constituição foi instituída, estabelecendo novas instituições políticas. No entanto, apesar desse acontecimento ter sido um verdadeiro marco e ruptura na história russa, essa transição não foi pacífica. Em outubro de 1993, o presidente Boris Yeltsin usou a força para desalojar parlamentares que se negaram a acolher seu decreto para dissolver o congresso, realizar novas eleições e um referendo para uma nova constituição que redefiniria as relações entre o executivo e o legislativo. O parlamento discordava principalmente com a abordagem de reforma econômica de Yeltsin e dos limites das competências do poder executivo (RUTLAND, 2006; STONER-WEISS; MCFAUL, 2009).

Poder-se-ia dizer que tal crise não passava de problemas normais de uma transição de sistemas, se o parlamento não tivesse sido colocado em fogo após ter sido atingido por um tiro de tanque, uma das imagens marcantes do ano. As ações de Yeltsin para se sobrepor ao

congresso contradiziam toda a sua retórica democrática usada para remover Gorbachev do poder, mesmo assim, ele atingiria seu objetivo com a adoção da nova constituição, prevalecendo o poder executivo sobre o poder legislativo. Apesar de tudo, a Rússia era agora uma democracia, mesmo frágil.

Em face dos graves problemas econômicos que a Rússia enfrentava (logo após a grande crise política de 1993), Yeltsin abdicaria e seu primeiro ministro Vladimir Putin assumiria como presidente em exercício. Putin até então era uma figura enigmática mesmo após servir como primeiro ministro e sua ascensão havia sido estratosférica. Após trabalhar para a KGB (agência de inteligência soviética) na Alemanha Oriental de 1985 a 1990, Putin se mudou de volta para Leningrado. Lá ele começou a trabalhar como assistente do reitor da universidade local, no setor de relações internacionais. Putin também começou a assessorar o presidente do conselho da cidade de Leningrado. Em 1991, começou sua carreira política na agora São Petersburgo e em 1996 se mudou para Moscou, onde sua carreira ascendeu rapidamente. Em 1998, ele assumiu a diretoria da FSB, sucessora da KGB e no ano seguinte foi nomeado primeiro ministro pelo então presidente Boris Yeltsin (KREMLIN).

2.4 O ALARGAMENTO DA OTAN E DA UNIÃO EUROPEIA

No restante dos estados da Europa Central e Oriental do antigo Pacto de Varsóvia, as transições começaram na mesma época, no chamado “Outono das Nações” de 1989 iniciado inadvertidamente por Gorbachev. As mudanças seguiram o mesmo padrão, as economias planificadas controladas pelos Estados eram substituídas por economias de mercado, mesmo que gradual ou radicalmente. Os riscos que inevitavelmente acompanhavam essas transições afetavam cada país de uma forma diferente, acelerando ou diminuindo a velocidade de consolidação dessas novas democracias. O desejo dos países da Europa Central e Oriental por consolidação tanto dos novos governos democráticos quanto da saída da esfera de influência russa levou esses países a sair em busca de ingressar em prestigiosas Organizações Internacionais (OIs), principalmente à União Europeia, que os proporcionaria imprescindível amparo econômico e político, no entanto, para isso os países candidatos necessitariam fazer uma real transformação democrática, monitorada constantemente por Bruxelas. Em maio de 2004, a União Europeia veria a maior adesão em massa de sua história, quando 10 países entraram de uma só vez no bloco, sendo 6 países antigos aliados da União Soviética (sendo a República Checa e a Eslováquia um só país na época, a Checoslováquia), além da Eslovênia, parte da antiga Iugoslávia comunista; a Bulgária e Romênia, também ex-

membros do Pacto de Varsóvia, entrariam em janeiro de 2007 (PRIDHAM, 2005; WALKER, 2015).

Da mesma forma que a União Europeia providenciava maior legitimação, prestígio e auxílio econômico aos países da antiga esfera soviética, para consolidar a segurança e a saída definitiva da influência russa, esses países começaram a almejar o ingresso à OTAN, sendo recebidos gradualmente e com cautela, no segundo mandado de Bill Clinton, de acordo com a nova estratégia de Engajamento e Expansão. O primeiro convite formal da OTAN seria feito em 1997 aos países da Europa Central, Polônia, República Checa e Hungria, com a adesão efetivada em 1999. Para Kurth (1997), a afiliação desses novos membros só estaria trazendo esses países "de volta" à Europa, já que durante anos a OTAN teria sido a "defensora" da Europa frente à União Soviética. O continente que estava dividido entre Europa Ocidental e Oriental, voltaria a ser dividido entre Europa Ocidental, Central e Oriental, mas que acima de tudo isso, a expansão da OTAN colocaria a Europa e a América do Norte (sendo os EUA a peça de poder central) como a civilização ocidental frente à oriental, ou simplesmente, "the West", lembrando de certa forma, à teoria de Samuel Huntington do "Choque das Civilizações" (1993), em que o futuro dos conflitos seria marcado pelo conflito de civilizações, baseadas em suas culturas e de onde Huntington remete à ideia "The West and the Rest".

Ainda em 1997, quando a adesão das três repúblicas da Europa Central à OTAN era iminente, já se cogitava a expansão ainda maior da aliança (para os países Bálticos e antigos países comunistas), no entanto, também nessa época em que a Rússia ainda passava por dificuldades por sua transição a uma democracia de mercado, Kurth (1997, p. 558, tradução nossa) já havia alertado "OTANização do Báltico tornaria a Rússia implacavelmente hostil", inclusive sugerindo que a melhor opção para a segurança coletiva após a filiação da Polônia, República Checa e Hungria à OTAN, seria a "finlandização" ou a neutralidade dos países bálticos e Ucrânia, considerados como compensação pela expansão da aliança e de interesse de segurança vital para os russos. Entretanto, em 2004, pouco antes da grande expansão da União Europeia, todos os países bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), Eslováquia, Eslovênia, Bulgária e Romênia se uniriam à OTAN, sendo que os dois últimos o fariam antes mesmo de entrar na UE; porém, falhando com a previsão de Kurth, os russos não fariam nada, até o "arrebatamento ocidental" chegar próximo à Geórgia em 2008.

A seguir serão apresentados dois quadros demonstrando os alargamentos da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) respectivamente, incluindo o país, o ano de adesão e se fazia parte da antiga aliança oriental (Pacto de

Varsóvia) liderada pela União Soviética. O objetivo é ter uma maior clareza da linha do tempo destes acontecimentos.

No Quadro 1, o alargamento da União Europeia desde a queda da União Soviética:

Quadro 1 - Alargamento da União Europeia desde a queda da União Soviética.

País	**Ano de adesão**	**Ex-membro do Pacto de Varsóvia**
Finlândia	1995	
Suécia	1995	
Áustria	1995	
Chipre	2004	
Polônia	2004	X
República Checa	2004	X
Hungria	2004	
Lituânia	2004	X
Letônia	2004	X
Estônia	2004	X
Eslováquia	2004	X
Eslovênia	2004	
Romênia	2007	X
Bulgária	2007	X
Croácia	2013	

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

No Quadro 2, o alargamento da OTAN desde a queda da União Soviética:

Quadro 2 - Alargamento da OTAN desde a queda da União Soviética. (Continua...)

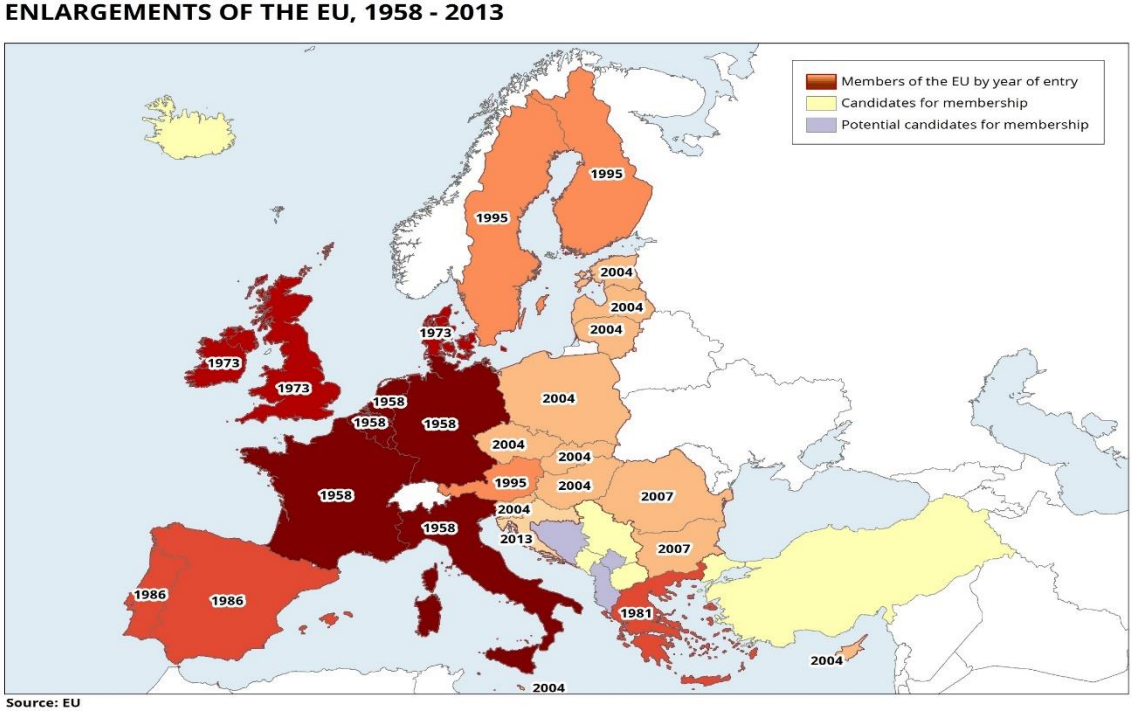
País	**Ano de adesão**	**Ex-membro do Pacto de Varsóvia**
Polônia	1999	X
República Checa	1999	X
Hungria	1999	
Lituânia	2004	X
Letônia	2004	X

Estônia	2004	X
Eslováquia	2004	X
Eslovênia	2004	
Romênia	2004	X
Bulgária	2004	X
Croácia	2009	
Albânia	2009	

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

A seguir, a ilustração de um mapa mostrando o alargamento da União Europeia, desde suas origens nos tratados progenitores. Em vermelho, os membros fundadores; em amarelo, os candidatos à filiação; em azul os potenciais candidatos à filiação. Em cima de cada país também se encontram os respectivos anos de adesão. Deve-se notar que o mapa não apresenta a Ucrânia como potencial candidato ainda pois o mapa antecede em um ano os acontecimentos que se desenrolaram nesse país.

Figura 2 – O Alargamento da União Europeia.



Fonte: LearnEurope.

Abaixo, a ilustração de um mapa mostrando o alargamento da OTAN, com os respectivos anos de filiação de cada país, organizados por cores.

Figura 3 – Alargamento da OTAN.

Fonte: Council of Foreign Relations (2015).

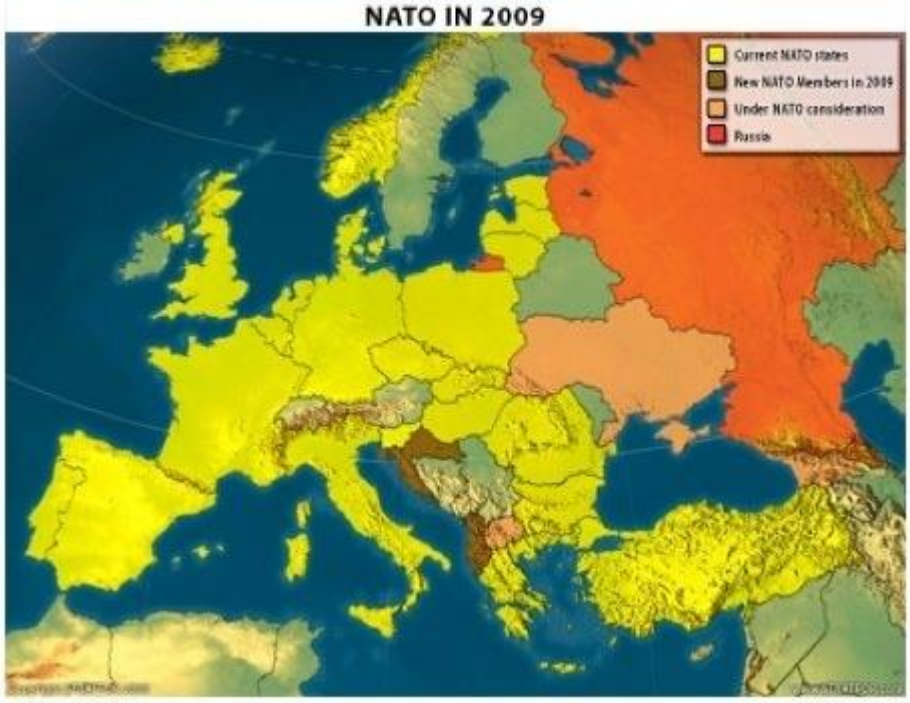
Logo abaixo, a ilustração de um mapa mostrando a OTAN e o Pacto de Varsóvia no período da Guerra Fria. Em amarelo estão os países fundadores da OTAN; em amarelo claro os países que entraram depois; em vermelho claro os países fundadores do Pacto de Varsóvia; em vermelho escuro a Alemanha Oriental que o adentrou depois, em 1956; em amarelo escuro a Albânia que abandonou a aliança, em 1961.

Figura 4 – A OTAN e o Pacto de Varsóvia no período da Guerra Fria.

Fonte: The War Room (2011).

A seguir, um mapa apresentando a atual conjuntura da OTAN com a Rússia. Em amarelo os membros da aliança ocidental; em marrom os últimos países a adentrarem essa aliança (Croácia e Albânia, em 2009); em rosa claro, os países considerando entrar; em vermelho, a Rússia.

Figura 5 - Alargamentos da OTAN e do antigo Pacto de Varsóvia.



Fonte: The War Room (2011).

Analisando esses mapas é possível ver a grande expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde a queda da União Soviética e do Pacto de Varsóvia. Vários dos antigos membros da aliança soviética se uniram à aliança ocidental posteriormente, alterando de forma significativa a balança de poder na Europa.

2.5 A CRISE NA UCRÂNIA

Em 21 de novembro de 2013, após um ano insistindo que assinaria um acordo político e comercial sem precedentes com a União Europeia (UE), o presidente ucraniano Viktor Yanukovych suspende as negociações frente à oposição da Rússia, que há muito opõe a aproximação entre a Ucrânia e o bloco europeu. Ao invés disso, o presidente escolhe estabelecer laços mais próximos com a Rússia. Milhares de protestantes vão às ruas nos próximos dias, contrastando a profunda divisão entre o Oeste pró-europeu e a base de poder de Yanukovych no Leste pró-russo, onde grande parte da população se opõe aos protestos e

apoia o governo. Os protestos aumentam e cerca de 800.000 pessoas se reúnem em protesto na capital. Em 20 de fevereiro de 2014, após semanas de violência, um tiroteio acontece entre protestantes e a polícia na Praça Maidan (independência) no centro de Kiev, deixando dezenas de mortos. Protestantes acusam que os atiradores eram do governo e o governo acusa os líderes da oposição de provocar a violência. Dois dias depois, Yanukovych foge de Kiev enquanto seus guardas abandonam o complexo presidencial após milhares tomarem a área (THOMPSON, 2015, tradução nossa).

À primeira vista, conforme o autor acima (da CNN), a crise aparentemente começou por uma clara diferença de vontades, sendo essas a vontade de grande parte da população do ocidente da Ucrânia (pró-União Europeia) e a vontade do presidente e da minoria oriental (pró-Rússia). No entanto, conforme Mielniczuk (2014), a Ucrânia não é necessariamente um país divido apenas entre leste russo e oeste ocidental, mas também um país dividido por interesses econômicos, sociais, projetos políticos e de mundo. Um país que está na fronteira e rota de colisão de dois projetos. Por um lado, a União Europeia e a OTAN que têm se expandido continuamente pela Europa Oriental desde os anos 90 rumo às fronteiras da Rússia, na Geórgia e na Ucrânia. Do outro lado, uma Rússia incomodada com esse avanço em áreas de seu interesse imediato. Ainda, desde a dissolução da União Soviética, a Rússia tem procurado reconstruir o antigo espaço soviético, no entanto, desconsiderando os países bálticos e os métodos de Stalin, mas através da criação da União Eurasiana, que tem buscado unir as antigas repúblicas soviéticas.

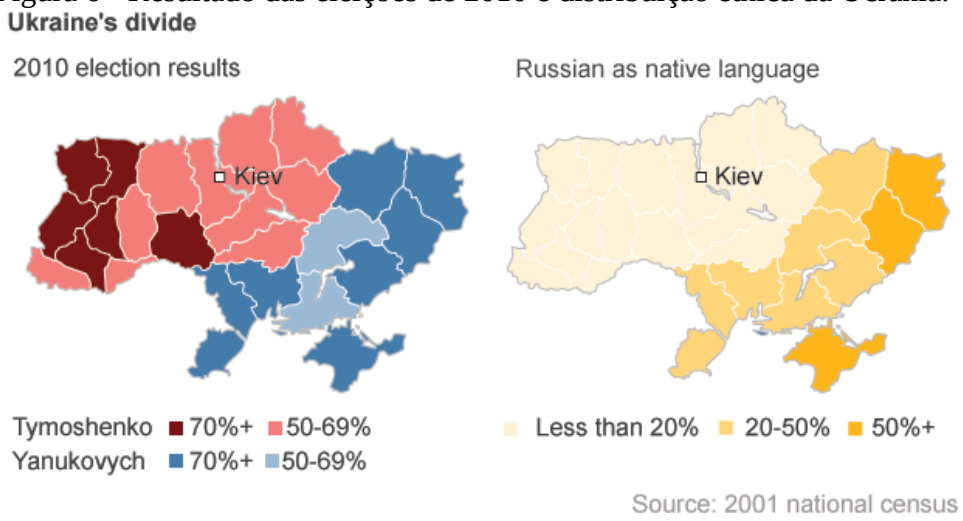
Mearsheimer (2014) contraria o senso comum no Ocidente de que a atual crise é uma agressão russa à moda antiga, em que Putin deseja restabelecer o império soviético. O autor afirma até que a culpa da crise está em maior parte no próprio Ocidente, melhor ainda, nos Estados Unidos e seus aliados europeus, que ao expandir tanto a OTAN quanto a União Europeia e financiar movimentos democráticos na Ucrânia desde a Revolução Laranja de 2004, têm tentado retirar a Ucrânia da órbita russa e integrar à órbita ocidental. A derrubada ilegal do governo democraticamente eleito da Ucrânia, corretamente chamado de golpe, foi para Putin, a gota d'água. O autor afirma que as elites dos EUA e da Europa foram cegas aos eventos porque aderem a uma visão falha da política internacional, ao acreditar que a lógica do realismo tem pouca relevância no século XXI e que a Europa pode se manter unida e livre com base em princípios liberais como o Estado de Direito, a interdependência econômica e a democracia. Porém, essas ideias deram errado na Ucrânia e essa crise mostrou que a *realpolitik* continua relevante e seria um erro ainda maior para o Ocidente, continuar essas políticas.

Ainda segundo o autor, uma ferramenta usada pelo ocidente para trazer Kiev longe de Moscou tem sido promover a democracia na Ucrânia e em outras antigas repúblicas soviéticas através do financiamento de indivíduos e organizações pró-ocidente que visam espalhar os valores ocidentais. O EUA teria investido mais de 5 bilhões de dólares desde 1991 para ajudar a Ucrânia a atingir "o futuro que merece" e financiado através da *National Endowment for Democracy*, uma fundação sem fins lucrativos, mais de 60 projetos para promover a sociedade civil nesse país. Depois que Yanukovych foi eleito, essa fundação passou a apoiar a oposição e fortalecer as instituições democráticas do país, por considerar que o presidente era contrário aos seus objetivos. Além disso, os líderes russos veriam essa campanha de engenharia social ocidental com desconfiança, temendo que pudesse chegar à Rússia. O pacote triplo do Ocidente, alargamento da OTAN, expansão da UE e promoção da democracia adicionaram combustível a um fogo esperando para acender. A faísca acendeu em novembro de 2013, após Yanukovych rejeitar o acordo com a UE e aceitar uma contraproposta russa de U$15 bilhões. Em 21 de fevereiro, o governo e a oposição fizeram um acordo para Yanukovych se manter no poder até novas eleições, mas imediatamente o acordo foi por água abaixo e Yanukovych teve que se exilar na Rússia no próximo dia. O novo governo em Kiev era pró-ocidental e profundamente anti-russo, contendo pelo menos quatro membros no alto escalão que podem ser considerados neofascistas.

Apesar da extensão do envolvimento dos EUA ainda não estar clara, está claro que Washington apoiou o golpe. Victoria Nuland, a secretária de Estado assistente para a Europa e Eurásia dos EUA e o senador John McCain participaram em protestos contra o governo e o embaixador americano Geoffrey Pyatt disse que a queda de Yanukovych "era um dia para os livros de história". Um telefonema vazado revelou que Nuland defendia a troca de regime e queria que o político ucraniano Arseniy Yatsenyuk se tornasse primeiro ministro, o que ocorreu. Logo após 22 de fevereiro, Putin ordenou forças russas para tomar a Crimeia da Ucrânia e logo após incorporou-a à Rússia, uma tarefa relativamente fácil, já que milhares de tropas russas já estavam na base naval de Sevastopol na Crimeia e também por mais de 60% da população ser de etnia russa e querer se separar da Ucrânia. O presidente russo também providenciou conselheiros, armas e apoio diplomático a separatistas russos no leste da Ucrânia, que estão levando o país a uma guerra civil. Também concentrou um grande exército na fronteira ucraniana, ameaçando invadir se o governo tentar acabar com os rebeldes e aumentou bastante o preço do gás natural que a Rússia vende à Ucrânia, além de cobrar o pagamento de vendas passadas (MEARSHEIMER, 2014).

Logo abaixo, a ilustração de dois mapas mostrando o resultado das eleições de 2010 da Ucrânia e a distribuição étnica da população da Crimeia, respectivamente.

Figura 6 - Resultado das eleições de 2010 e distribuição étnica da Ucrânia.



Fonte: BBC (2015).

O mapa da esquerda mostra a divisão política da Ucrânia, em vermelho os que votaram em Tymoshenko e em azul os que votaram em Yanukovych. Logo após a crise começar, essa seria a divisão aproximada dos que apoiariam a adesão à União Europeia e os que apoiariam o governo e depois, principalmente na Crimeia e em Donetsk, os separatistas. O mapa da direita mostra a porcentagem dos que tem o russo como idioma nativo, com maior parte do oeste da Ucrânia com menos de 20%, significativa parte do leste entre 20 a 50% e com a Crimeia e a região de Donetsk no leste da Ucrânia com mais de 50%. Vendo esses mapas, principalmente o segundo, fica mais claro de entender o porquê do atual conflito.

> Apesar da desaprovação [da anexação da Crimeia] ter sido quase universal, com 100 nações se recusando a reconhecer a anexação como legítima contra apenas 11 acolhendo, a reação se manteve em maior parte na retórica, com as sanções econômicas sendo a maior retaliação. A Assembleia Geral da ONU passou apenas uma resolução não vinculativa contra o referendo e a anexação, a Rússia foi efetivamente expulsa do G8 (que voltou a ser G7) e deixou de ir à algumas conferências internacionais. Ironicamente, quanto mais o Ocidente se tornou hostil à Rússia, mais essa se virou ao Oriente, especialmente à China, tendo inclusive assinado um acordo de exportação de gás natural histórico, além da condução de exercícios navais em conjunto e aumento do comércio bilateral (TRENIN, 2014, interpolação nossa).

A seguir será apresentado um quadro com uma linha do tempo desde a origem da crise até o começo de 2015.

Quadro 3 - Linha do Tempo da Crise na Ucrânia. (Continua...)

Data	Acontecimentos
Dezembro de 2004	Viktor Yanukovych, até então primeiro ministro, é declarado vencedor das eleições, que a Suprema Corte da Ucrânia declara que foram fraudadas. O clamor público ao candidato da oposição Viktor Yushchenko levam à Revolução Laranja e esse e Yulia Tymoshenko ao poder.
2008-2009	A economia da Ucrânia encolhe 15% devido a uma crise financeira.
Fevereiro de 2010	Yanukovych é eleito com 48% dos votos, com a aprovação de observadores internacionais sobre a eleição.
Novembro de 2013	O presidente Yanukovych recusa o acordo com a UE e escolhe se aproximar mais da Rússia, começando os protestos no oeste, enquanto obtém apoio da população no leste.
Dezembro de 2013	Os protestos aumentam e até 800.000 pessoas se reúnem na capital. O presidente russo Vladimir Putin faz um acordo de salvaguarda econômica com Yanukovych, oferecendo comprar a dívida da Ucrânia e diminuir os preços de energia.
Janeiro de 2014	Embates causam mortes após o governo aprovar leis anti-protestos. No fim do mês, o primeiro ministro ucraniano Mykola Azarov renuncia.

(Continuação...) (Continua...)

Fevereiro de 2014	Protestos acontecem novamente e no dia 20, revoltas em Kiev deixam 98 mortos, cerca de 1500 feridos e 100 desaparecidos. No dia 22, o presidente Yanukovych desaparece para depois aparecer na TV denunciando um golpe orquestrado pelo parlamento. Os parlamentares marcam uma eleição para o dia 25 de maio. Enquanto isso, a crise de secessão começa quando um número significativo de pessoas russófonas e homens armados pró-Rússia tomam prédios governamentais na Crimeia no fim de fevereiro.
Março de 2014	O presidente exilado Yanukovych pede à Rússia que use forças militares para "estabelecer legitimidade, paz, lei e ordem, estabilidade e defender o povo da Ucrânia". No dia 6, a Crimeia vota de forma esmagadora para se unir à Rússia e os resultados são contestados internacionalmente, enquanto o Ocidente os taxam como fraude. A anexação causa as primeiras sanções impostas pelos EUA e EU, enquanto agitações começam no leste da Ucrânia, na região de Donbass.
Maio de 2014	No dia 11, homens armados, se declarando milícias locais, tomam prédios governamentais, estações de polícia em várias cidades da região de Donetsk e Luhansk, realizam referendos não reconhecidos e logo declaram independência da Ucrânia. Nas eleições do dia 25, PetroPoroshenko, um candidato pró-EU é eleito com a maioria dos votos na Ucrânia.
Julho de 2014	O avião da Malaysia Airlines é abatido no leste da Ucrânia e todos a bordo morrem. O Ocidente acusa os rebeldes e esses negam.
Setembro de 2014	Ucrânia, Rússia e os grupos rebeldes da República Popular de Donetsk e da República Popular de Lugansk se reúnem para assinar um frágil cessar-fogo, o Protocolo de Minsk, na Bielorrússia em. Escaramuças continuam nos meses que se seguem, antes da Segunda Batalha pelo Aeroporto de Donetsk estoure. Os dois lados se acusam de violar o acordo.

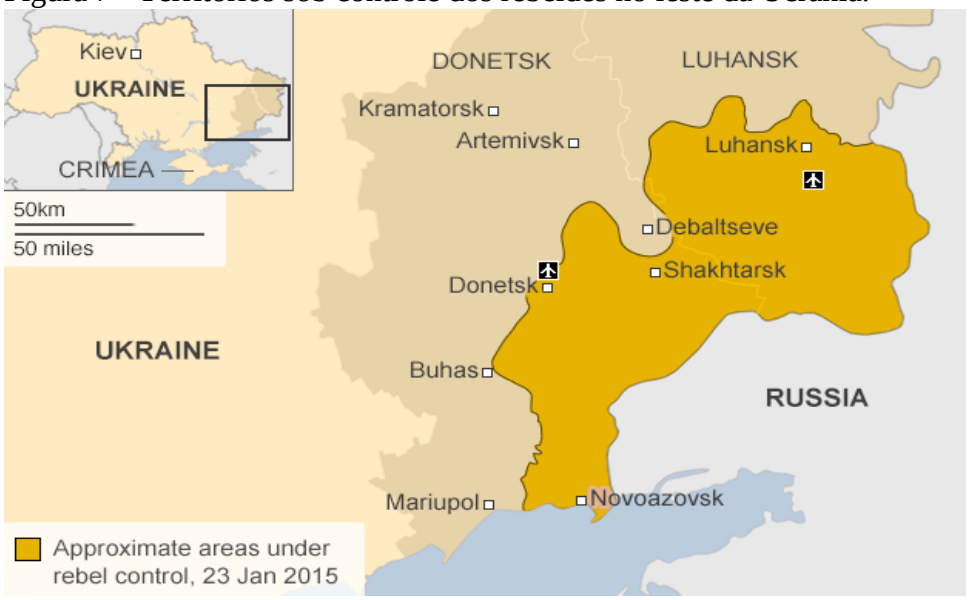
(Continuação e Conclusão...)

Outubro de 2014	Partidos pró-ocidente vencem as eleições parlamentares em 26 de outubro e pela primeira vez desde 1991, o Partido Comunista da Ucrânia não tem representação parlamentar.
Dezembro de 2014	O rublo cai mais de 40% durante o ano por causa das sanções sobre à Rússia e o preço do petróleo cai de forma contínua.
Janeiro de 2015	O protocolo de Minsk desaba após fortes combates, principalmente no aeroporto de Donetsk, um campo de batalha simbólico onde forças ucranianas sofrem muitas perdas.
Fevereiro de 2015	Uma nova rodada de negociações de paz é feita em Minsk e no dia 12, líderes da Ucrânia, Rússia, França e Alemanha selam um acordo de paz para aliviar a guerra. Medidas incluem a retirada de armamento pesado de ambos os lados do front. No entanto, a luta continua e forças ucranianas se retiram da cidade de Debaltseva. A economia da Ucrânia chega à beira do colapso enquanto seu PIB cai 15,2% ano a ano no quarto trimestre de 2014.
Março de 2015	O primeiro ministro do Reino Unido, David Cameron, cria um fundo baseado na Guerra Fria, para conter a influência russa no leste europeu. A chanceler alemã Angela Merkel diz que as sanções à Rússia irão continuar até o segundo acordo de Minsk ser cumprido e sugere que essas podem ser estendidas até o fim de 2015.
Abril de 2015	A luta na região diminui seguindo o acordo firmado em fevereiro, e um acordo é selado entre russos e ucranianos no dia 13. Líderes pedem a retirada de mais armas no front, enquanto isso, 300 paraquedistas americanos chegam à Ucrânia para treinar a guarda nacional ucraniana. O Kremlin alerta que isso pode seriamente desestabilizar o país. O combate estoura novamente no dia 14 entre tropas do governo e rebeldes pró-russos.

Fonte: Buchanan (2015, tradução e adaptação nossa).

A seguir, a ilustração de um mapa mostrando aproximadamente o controle territorial dos rebeldes no leste da Ucrânia.

Figura 7 - Territórios sob controle dos rebeldes no leste da Ucrânia.



Fonte: BBC (2015).

O mapa acima é de janeiro de 2015. Em fevereiro, os rebeldes tomaram também a cidade de Debaltseve e várias colunas de tanques e tropas ucranianas cansadas recuaram para Artemivsk. Uma estação de TV russa mostrou rebeldes hasteando uma bandeira no topo de um prédio alto da cidade (BBC, 2015). As pretensões dos rebeldes podem ser relativamente grandes, observando o território que ambas as “repúblicas populares” clamam, é uma faixa de território significativa, considerando ainda que a Ucrânia já perdeu a Crimeia e toda a faixa oceânica e seus recursos que ela proporciona. No entanto, o território sob controle *de facto* dos rebeldes é bem pequeno e se os russos tivessem realmente se empenhando em uma invasão de verdade, toda a Ucrânia já teria sido tomada. O que isso sugere, é que os russos estão frisando num ponto, o mesmo feito enfaticamente em 2008 na Geórgia, que a Rússia não aceitará uma aliança ocidental tão próxima de suas fronteiras e de seus interesses estratégicos centrais.

3 A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA SOB O DIREITO INTERNACIONAL E SUA RELAÇÃO COM O REALISMO

O Direito Internacional evoluiu muito desde os seus primórdios. O mundo de hoje, o mundo das "Nações Unidas" é muito diferente do mundo "pré-westphaliano". Como um dos pilares do liberalismo das Relações Internacionais, o Direito Internacional e o multilateralismo deram um novo gás aos liberais e atraíram muito mais adeptos ao sonho kantiano. Em relação à anexação (talvez o termo mais objetivo possível) da Crimeia, se fizermos uma análise também objetiva com os padrões do Direito Internacional Moderno, a anexação foi realmente **ilegal**. Os acontecimentos que levaram à secessão da Crimeia e sua subseqüente adesão à Rússia foram, de fato, de muitas formas contra vários princípios estabelecidos pela Carta da Organização das Nações Unidas, que se sobrepõe a qualquer tratado internacional conforme o artigo 103.

Dentre os principais argumentos dos que afirmam que a anexação da Crimeia (ou como os russos preferem, "reincorporação") foi ilegal é, primeiro, o fato do referendo feito na península ter acontecido sob os auspícios de tropas russas e de milícias de etnia russa, que estariam lá para "proteger" a população de qualquer represália ucraniana e de seu novo governo; e segundo, o fato do referendo ter sido realizado apenas na própria Crimeia e não em toda Ucrânia, indo contra a constituição desse país. A presença de tropas na região de fato poderia deixar a situação mais apreensiva, mas ainda assim, o que argumentar contra uma votação esmagadora a favor dos chamados invasores? Ou de casos onde a população recebeu os soldados russos como conterrâneos, tirando até mesmo "*selfies*"?[8]

Essa demonstração de boas-vindas por parte da população da Crimeia não é surpresa, visto que maior parte da população de lá é de etnia russa e fala russo, excluindo ou pelo menos tirando grande credibilidade do argumento de que a votação do referendo possa de alguma forma ter sido coagida. Sobre o argumento da inconstitucionalidade do referendo, seria ao menos, o próprio governo que utiliza desse argumento, constitucional ou legítimo? Segundo Sindelar (2014), em 2010, Yanukovych restaurou a constituição de 1996 na Ucrânia (que dava mais poder à presidência), substituindo a constituição de 2004, no entanto, ambas as constituições são uniformes no que diz respeito à remoção de um presidente através do impeachment "por alta traição ou outro crime".

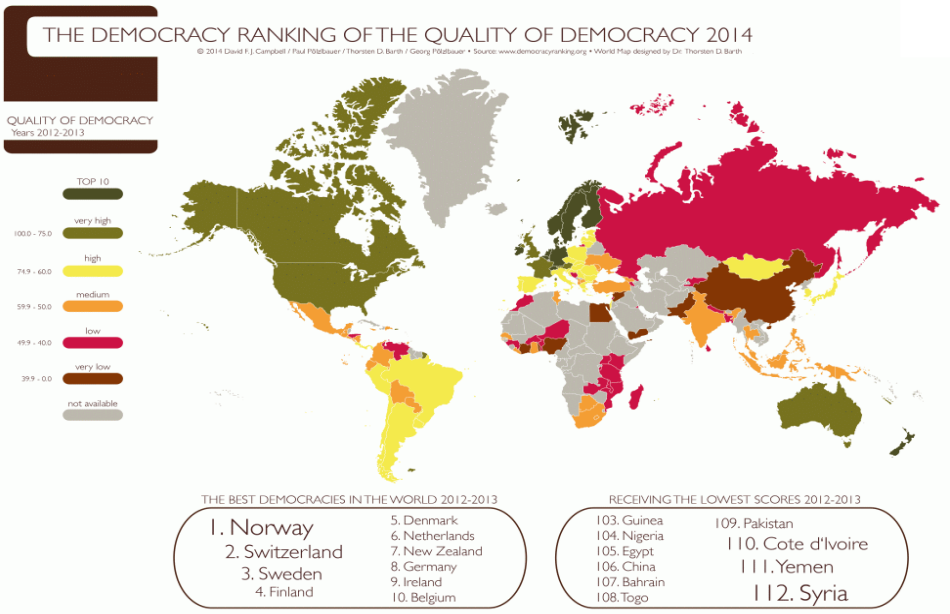
---

[8] Cf. BRADY, 2014.

O parlamento removeu o presidente com **328** votos citando sua saída do ofício e a morte de cerca de 80 protestantes. No entanto, mesmo que tais afirmações fossem verdadeiras e se encaixassem no quesito para o impeachment, a constituição requeria que o caso fosse revisto pela Corte Constitucional da Ucrânia e que o parlamento tivesse uma maioria de 3/4, ou seja, uma maioria com no mínimo **338** votos. Seria a constitucionalidade uma conveniência dependendo da situação? Talvez, ao menos para o olhar cínico de um realista. Se a legitimidade de um governo democrático emana do povo, não deve o povo decidir seu próprio destino? Se um povo não se sente representado por um governo, seja pela etnia ou por causa de um golpe, não pode esse decidir quem o representa melhor? Uma constituição ainda é legítima se seu povo não a segue mais? Um direito (autodeterminação dos povos) sagrado internacionalmente se sobrepõe a uma constituição nacional? Isso é apenas um exemplo de como o discurso liberal ou estritamente legal pode ser ambíguo ou aberto a interpretações.

Podemos ainda analisar a anexação da Crimeia usando a tabela de Kirgis, no entanto, essa está sujeita à interpretação do analisador. Mesmo assim, entendemos que a secessão da Crimeia sob o argumento de autodeterminação é inválida sob a visão de Kirgis. Para fazer o uso da tabela do autor sobre a probabilidade de um direito de autodeterminação ser reconhecido, que chamamos de tabela de Kirgis, precisamos de duas variáveis, o grau de representatividade do governo da Ucrânia quando da declaração de independência da Crimeia e o grau desestabilizador dessa ação. Para achar a primeira variável, usaremos a ilustração do seguinte mapa:

Figura 8 - Ranking de qualidade democrática.

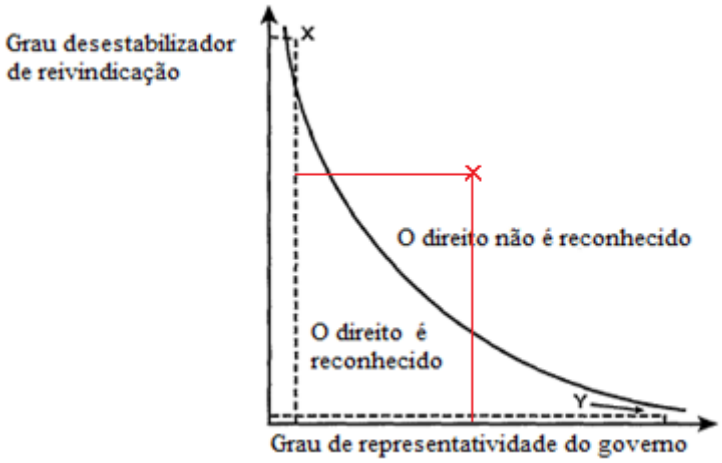


Fonte: Global Democracy Ranking, 2014.

No mapa acima, os países muito democráticos estão representados pelos tons de verde, os países considerados altamente democráticos de amarelo, os moderadamente democráticos de laranja, os pouco democráticos de roxo e os muito pouco democráticos de marrom (os demais não há dados). Esse mapa é de 2014, a anexação da Crimeia ocorreu no início desse ano e podemos constatar que a Ucrânia está em laranja, portanto, considerada então um país moderadamente democrático. Mesmo Yanukovych ter sido vítima de um golpe de estado, esse foi um golpe orquestrado por grande parte do parlamento, com eleições pouco após, dando um grau moderado de representatividade, apesar da oposição do leste do país.

Sobre a segunda variável, o grau desestabilizador da secessão e subsequente anexação, variam de acordo com a interpretação de cada um, como dito anteriormente. No entanto, mesmo observando o grau desestabilizador tanto holisticamente (Oeste-Leste, OTAN-Rússia) quanto pontualmente (valor estratégico da região para a Rússia), percebe-se que a crise foi de fato muito desestabilizadora para a região, dado as repercussões dos eventos causados por essa. Portanto, chegamos a seguinte conclusão aplicando a tabela de Kirgis nesse caso:

Figura 9 - Secessão e anexação da Crimeia na tabela de Kirgis.



Fonte: Kirgis, 1994, p. 309, traduzido e adaptado pelo autor.

Logo, tanto pela Carta da Organização das Nações Unidas quanto pela constituição ucraniana, quanto pela tabela acima, a secessão e anexação da Crimeia pela Federação Russa foi **ilegal**. No entanto, considerando-se nossos objetivos, o ponto importante em relação ao que foi dito com o caráter realista desta pesquisa, está no **reconhecimento** das ações dos atores, nesse caso, da anexação da Crimeia. Kirgis sabiamente põe a linha para

reconhecimento de uma declaração de autodeterminação como uma linha côncava para representar o quanto é difícil um direito para tal ser reconhecido. Como pode se observar pela tabela, uma declaração de autodeterminação, seja para uma democracia plena ou para um governo autocrático, só será reconhecida dependendo do grau desestabilizador da declaração.

Isso se dá pelo mesmo motivo que os Estados europeus assinaram a Paz de Westfália no século XVII, a procura pela estabilidade no Sistema Internacional. Mesmo que os Estados procurem aumentar seu poder, o que pode acarretar uma perturbação na balança de poder e uma mudança no *status quo*, todo Estado como ator racional, busca antes de tudo sua sobrevivência. Assim como as guerras europeias predecessoras da Paz de Westfália ameaçavam a base de poder dos monarcas (que então se confundiam com os próprios Estados), reconhecer secessões, anexações e declarações de autodeterminação também ameaça a base de poder dos Estados modernos, logo, ameaçando também sua sobrevivência.

Portanto, os Estados agem com extrema cautela quando tratam com alterações em suas configurações territoriais, pouco importando os ideais da Carta da ONU. No entanto, os Estados dificilmente irão protestar contra divisão e dissolução de Estados rivais, prevalecendo a ideia da *raison d'etat*.Os EUA foram contra a dissolução da União Sovietica? Ou contra a secessão do Kosovo da Sérvia (caso parecido com o da Crimeia, porém, sem um referendo sequer)? A resposta é não para ambos os casos. O Direito Internacional, apesar da promissora nobre causa, só é eficaz quando os atores internacionais mais poderosos (Estados) permitem. Isso se deve pela anarquia do Sistema Internacional, já que não há nenhum "juiz" acima dos Estados e esses são todos tecnicamente iguais, quem iria fazer cumprir qualquer norma? Não há nenhuma entidade universal no nosso sistema.

É por isso que o Conselho de Segurança tem membros permanentes com direito a veto, um reflexo do poder dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, eles são o mais próximo que temos de "agentes da lei", portanto, é pouco provável que irão punir a si mesmos. E a Rússia tem poder de veto, o que a faz praticamente imune ao órgão mais poderoso da ONU. A maioria étnica russa da Crimeia e sua ligação histórica com esse território, mesmo que tenham se separado da Ucrânia ilegalmente sob o Direito Internacional, abrem margem suficiente para que suas ações sejam reconhecidas como legítimas pela nação russa e por mais no mínimo 11 países que votaram a favor da reincorporação da Crimeia pela Rússia. Citando novamente Stuart Mill, citado por Hobsbawm (1992, p. 19, tradução nossa): "[...] membros de uma nacionalidade 'desejam estar sob o mesmo governo, e desejam que seja um governo por eles mesmos ou por uma porção exclusivamente deles". Sendo assim, a Rússia já possui o *casus belli* perfeito para a sua população.

Mesmo que considerada ilegítima pela maioria dos países, que se não são rivais da Rússia, buscam a estabilidade do Sistema Internacional, a anexação da Crimeia como *fait accompli*, é reconhecida mesmo que não abertamente, até pelas partes desfavorecidas (ou então por que a Ucrânia não combate os invasores russos?). Por isso, o reconhecimento como objeto, é o ponto principal na tabela de Kirgis para o realismo. Seja ilegal ou não, a anexação se tornará "reincorporação" eventualmente, assim como as Treze Colônias se tornaram os Estados Unidos da América, é tudo uma questão de reconhecimento. Se daqui a 100 anos, a Crimeia ainda estiver de posse da Rússia, essa será provavelmente reconhecida como território russo, pelo bem da estabilidade, assim como a República Popular da China tomou o lugar da República da China (Taiwan) no Conselho de Segurança. A Ucrânia e seus aliados podem reconhecer a Crimeia como negócio perdido (efetivamente aceitar a realidade) ou podem tomá-la de volta, o que é altamente improvável. A soberania é, portanto, um conceito relativo, intrinsecamente ligado com a capacidade de um Estado de protegê-la, factualmente e internacionalmente, através do controle e reconhecimento do território, respectivamente.

4 A CRISE NA UCRÂNIA E AS TEORIAS REALISTAS

Para começar nosso principal objetivo (comparar e relacionar as teorias realistas com a Crise na Ucrânia), é oportuno citar novamente quais os ramos serão discutidos nesta seção. Relacionaremos a crise primeira e brevemente com um precursor dos realistas, Tucídides, que tem outro propósito para o autor da pesquisa que será mais bem desenvolvido em seguida. Maquiavel e Hobbes já cumprem seu propósito como precursores do realismo, mas a relação apenas com Tucídides será suficiente para o objetivo desta lauda. Depois, iniciaremos de fato a comparação e relação entre as Teorias Realistas das Relações Internacionais, começando pelo Realismo Clássico de Hans Morgenthau e passando para o Realismo Estrutural ou Neorrealismo de Keneth Waltz e finalmente para o Realismo Neoclássico, encabeçado por Gideon Rose.

O grego Tucídides, por ser da antiguidade clássica, pode ser tachado de ultrapassado para uma análise de Política Internacional nos dias de hoje, no entanto, o autor surpreende com suas palavras pela sua representação da racionalidade e objetividade dos atenienses em seu conflito com os mélios. De fato, os escritos de Tucídides são insuficientes para explicar a crise de forma acadêmica usando o realismo, apesar de poder ser dito que o que é apresentado em História da Guerra do Peloponeso pode ser ligado a muitos casos modernos, o que tornaria esse autor clássico relevante ainda hoje para esclarecer diversos daqueles de forma objetiva. Conforme citado anteriormente e como diz Tucídides (2001, p. 348):

> Atenienses: “[...] Preferimos pensar que esperais obter o possível diante de nossos e vossos sentimentos reais, pois deveis saber tanto quanto nós que o justo, nas discussões entre os homens, só prevalece quando os interesses de ambos os lados são compatíveis, e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem”.

Renunciando quaisquer desculpas ou justificativas, os atenienses declaram o porquê de estarem fazendo cerco à Melos e esperam que os mélios sejam realistas ao buscar o possível dado as circunstâncias. Ainda afirmam que a justiça só prevalece entre iguais e que os fortes exercem o poder e os fracos se submetem. Apesar de implacáveis, os atenienses apenas deixam o óbvio à vista. Quanto à relação disso com a Crise na Ucrânia, se formos tão realistas quanto os atenienses eram, reconheceremos que ao desconsiderar os princípios do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, analisando também de forma implacável

e fria, Rússia e Ucrânia não são iguais no Sistema Internacional, a Rússia é forte e a Ucrânia é fraca. Estando esse em 25º lugar no ranking de poderio militar e aquele em 2º lugar[9].

Analisando dessa forma. Vemos o porquê desse tipo de pensamento ser considerado ultrapassado num mundo tão moderno e liberal quanto o de hoje, apesar de sua racionalidade. Colocando o pensamento ateniense conforme contado por Tucídides e adaptando-o ao molde de uma teoria realista, ele estaria limitado a explicar a crise como um resultado da natureza humana e da capacidade de poder, estando muito próxima ao realismo clássico, sendo esse talvez, um pouco menos implacável. No entanto, conforme dito no começo desse capítulo, Tucídides serve para frisar esse e outro ponto. Novamente, conforme citado anteriormente por Tucídides (2001, p. 351, grifo nosso):

> [...] dos homens sabemos que, **por uma imposição de sua própria natureza, sempre que podem eles mandam**. Em nosso caso, **não impusemos esta lei nem fomos os primeiros a aplicar seus preceitos; encontramo-la vigente e ela vigorará para sempre depois de nós**; **pomo-la em prática, então, convencidos de que vós e os outros, se detentores da mesma força nossa, agiríeis da mesma forma.** [...]

Os atenienses assim reiteram que a natureza do homem seria de mandar sempre que puder, mas, mais importante, eles frisam que não impuseram essa "lei", que ela sempre existiu e que apenas aplicaram-na. O propósito do autor desta pesquisa com essa passagem é de isentar os objetivos desta e de qualquer análise realista de um viés para um ator ou outro. Isto é, os russos não são necessariamente conquistadores *à la* século XIX ou XVIII, tampouco são os americanos necessariamente imperialistas, qualquer país seria ou conquistador ou imperialista se pudesse. São todas questões de denominações técnicas. Um país socialista como a Venezuela pode bradar que os EUA são imperialistas, mas se dotados da mesma capacidade material desse, também estariam a intervir em assuntos externos na mesma escala (já que já o tentam o fazer mesmo não tendo grande poder). Logo, nem os EUA ou a Rússia impuseram a "lei dos mais fortes", apenas aplicaram-na. Portanto, seguindo o que é apresentado por Tucídides, a Crise na Ucrânia teria sido causada pela natureza e capacidade de agir do homem, isto é, da natureza dos americanos e seus aliados em querer expandir ainda mais sua colossal esfera de influência ocidental e da natureza e principalmente capacidade dos russos de poder tomar a Crimeia e sabotar aqueles.

Já no realismo clássico de Morgenthau, o autor mantém a ideia da natureza humana como egoísta e que forças inerentes à nossa natureza tornaria o mundo imperfeito,

---

[9] Cf. GLOBAL FIREPOWER, 2015.

gerando conflitos no Sistema Internacional. Logo, para o autor seria mais fácil trabalhar com essas forças e não contra elas, isto é, usando a racionalidade para tal. Portanto, já que nossos princípios morais nunca seriam plenamente realizados, seria melhor para nossos interesses recorrer a precedentes históricos ao invés de princípios abstratos, a prioridade seria realizar o mal menor ao invés do bem absoluto. No entanto, o autor teuto-americano inova ao estabelecer seis princípios, como já explicados em capítulo anterior.

O primeiro reforça a ideia supracitada, de não ir contra a corrente. O segundo e terceiro, no entanto, são os que colocam o realismo clássico longe de pensamentos anteriores. Esses princípios colocam a busca pelo poder acima de outros conceitos abstratos e afirma que os atores o têm e sempre o tiveram como interesse central. No caso de Atenas e Melos, aquela não destruiu essa por busca de poder efetivamente e sim porque simplesmente podiam (conforme descreve Tucídides). O realismo clássico ainda prevalece a *raison d'etat* sobre outras razões, ao separar a moral da ética da política em seu quarto princípio, colocando a prudência como a principal virtude para quem lidera um Estado. O quinto princípio renuncia qualquer aspiração de moral universal de uma nação, logo a moral (ou princípios) das Nações Unidas ou do Ocidente não seria válida para defender a Ucrânia ou defender a secessão da Crimeia. O sexto princípio separa o realismo político em sua própria dimensão intelectual, com suas próprias leis, portanto, deveríamos considerar a crise apenas com os conceitos realistas. Portanto, analisando a Crise na Ucrânia sob o prisma do realismo clássico, essa seria resultado tanto da natureza do homem, que estaria gerando o conflito, quanto pela busca de poder tanto do bloco ocidental liderado pelos EUA, quanto da Rússia, estando a Ucrânia espremida entre os dois buscando a sobrevivência.

Enquanto isso, para o neorrealismo ou realismo estrutural de Keneth Waltz, a origem da crise não estaria da natureza do homem e sim na anarquia do Sistema Internacional, desclassificando tanto a ONU quanto o Direito Internacional como entidades superiores aos Estados. A teoria de Waltz é uma teoria sistêmica, isto é, teríamos que analisar a crise com uma visão de todo o sistema e não através dos Estados envolvidos. O autor tenta dessa forma, fazer com que a análise seja mais científica, de modo que saiamos simplesmente da descrição do ocorrido e façamos conclusões lógicas, considerando os efeitos que cada Estado tem com suas próprias decisões sobre as decisões que outros Estados tomam. Já que os efeitos das decisões são influenciados por eventos externos, devemos então analisar os limites que a estrutura do sistema impõe sobre os Estados. Isto é, já que a estrutura do sistema determinaria as ações dos Estados, determinaria, portanto, a Política Internacional. Por exemplo, no período da Guerra Fria a Política Internacional, ou as ações dos Estados, era determinada pela

estrutura do sistema da época, que então era bipolar. Logo, as decisões dos atores eram definidas pelas interações entre os blocos liderados pelos EUA e URSS. Portanto, a ordem bipolar, como estrutura do sistema, que impunha limites aos atores.

Para analisar a estrutura do sistema atual, temos que considerar os três princípios propostos por Waltz, sendo eles o princípio da ordenação, da especificação das funções das unidades do sistema e da distribuição de capacidades entre as unidades do sistema (tamanho da população e território, recursos naturais, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência). A ordenação do primeiro princípio se refere à ordenação do sistema, que neste caso continua anárquica, a estrutura do sistema depende do nível de análise, que será sistêmica e portanto, uni-multipolar[10] (do mundo pós-guerra fria), isto é, um mundo multipolar com um polo dominante (EUA), várias potências e uma superpotência. A especialização das unidades depende do sistema e no sistema anárquico prevalece a lógica da autoajuda, portanto, cada unidade pode contar apenas consigo mesma. E segundo Waltz (1979, p. 129-132): "A maneira de diferenciar sistemas de política internacional entre si é através da distribuição de capacidades no seu interior, ou seja, pelo número de grandes potências e não pelo número total de unidades.". Portanto, a melhor maneira de analisar os efeitos das interações entre as unidades (Estados) do sistema é através das unidades com maior capacidade (Grandes Potências).

Visto isso e já que, segundo o Neorrealismo, os Estados buscam a segurança e não necessariamente a maximização de poder. Os Estados Unidos, como unidade de maior capacidade e de maior detenção de recursos, requerem uma fronteira de segurança de maior alcance. Dado a configuração uni-multipolar do sistema, em que prevalecem os EUA como única superpotência, porém, com diversas potências econômicas e militares, surge um complexo esquema de balança de poder. Existem duas estratégias que os Estados mais adotam quando sentem que sua segurança está ameaçada, *balancing* que é se aliar com outros Estados mais fracos contra um mais forte, *bandwagoning* que é se juntar a um Estado mais forte para ou não ser ameaçado por esse ou para aumentar sua própria detenção de recursos às custas de outro Estado rival de seu aliado (WALT, 1987). O que acontece no caso da Crise na Ucrânia é que essa foi resultado de uma tentativa de rebalanceamento no sistema. Os EUA percebem a Rússia como uma ameaça à sua segurança, visto que esse país tem a maior capacidade bélica dentre as outras Grandes Potências do sistema. A Ucrânia foi "pega no fogo cruzado" por

[10]Cf. DUARTE, Paulo.

tentar adotar uma estratégia de *balancing* e *bandwagoning* ao se inclinar para o Ocidente, representado pela União Europeia e pela OTAN.

Dada a capacidade militar da Rússia de derrotar qualquer país da Europa individualmente, esses mantêm uma aliança para balanceá-la. No entanto, a própria Ucrânia é considerada pela Rússia como fundamental para sua própria segurança. No entanto, os Estados Unidos ao tentarem maximizar sua segurança atraindo à Ucrânia para sua aliança, foram surpreendidos pela reação russa e para evitar maiores riscos (como um conflito entre OTAN e Rússia), tanto os EUA quanto a Rússia adotaram uma estratégia de *buck passing*[11], isto é, passaram o bastão para a Ucrânia e para os rebeldes do leste ucraniano, respectivamente. Portanto, a Crise da Ucrânia segundo o neorrealismo, nada mais foi do que um reflexo da tentativa de alterações no sistema, seguindo a lógica da auto-ajuda, EUA e Rússia causaram a crise e os países sofreram uma pressão sistêmica.

Já sob a visão do realismo neoclássico, por permitir uma leitura mais subjetiva, outros elementos devem ser igualmente considerados. Conforme citado anteriormente, fatores subjetivos também desempenham um papel na implementação da política externa e Estados também disputam por status, influência e prestígio (como quando disputam pela sede das Olimpíadas). Logo, apesar do realismo neoclássico ter o neorrealismo como sua base, faz-se necessário considerar aqueles elementos. Do ponto de vista sistêmico, as postulações feitas usando o neorrealismo são válidas, porém, para que entendamos o todo, como o próprio Waltz deseja, devemos estudar esses fatores subjetivos, mesmo que gerem as chamadas variáveis infinitas. Afinal, de pouco serve a disciplina das Relações Internacionais como ciência se essa se preocupa mais em se estabelecer como tal ao invés de cumprir sua função social, que seria ajudar a moldar ou prever políticas externas e as ações dos Estados. Para isso, devemos se comunicar da forma mais clara possível, mesmo que com subjetividades.

Como as conclusões do neorrealismo podem ser reaproveitadas, focaremos então nos chamados fatores subjetivos, além de outros que julguemos importante, então veremos quais outros motivos podem ter originado a crise. Como já vimos anteriormente, alguns no Ocidente clamam que Putin teria tomado a Crimeia por causa de uma ambição nostálgica dos tempos soviéticos ou ainda, por ter um pensamento do século XIX, apesar de já termos descartado essas hipóteses anteriormente e demonstrado que a mente do homem não mudou tanto desde a Antiguidade Clássica, não excluímos a possibilidade dos russos considerarem

---

[11] Quando um Estado contém ou enfrenta outro através de um terceiro, enquanto permanece seguro em escanteio (MEARSHEIMER, 2001).

ter algum “direito histórico” na região. Conforme Kendall (2014), no século XVIII a Crimeia fazia parte do então decadente Império Otomano, governada pelo Khan dos Tártaros, até ser tomada pela imperatriz russa Catarina A Grande. E assim a península permaneceu até 1954 quando Nikita Khrushchev presenteou-a à Ucrânia. Então, isso não importava, já que tanto a Rússia quanto a Ucrânia faziam parte da União Soviética. No entanto, quando essa desmoronou em 1991, a Crimeia que foi por séculos parte da Rússia, agora era de fato, da Ucrânia. Então, se a Crimeia não é hoje considerada russa legalmente, historicamente falando, ela sempre foi, e o tempo de 1991 até sua reincorporação foi uma exceção e não a regra.

Outro fator importante que pode ter tido influência nos acontecimentos é a questão do prestígio e status. A Rússia é um país que pela maior parte da sua história não teve governos democráticos. Desde a época imperial e soviética, que compõem praticamente 90% de sua história, a Rússia teve governos autoritários. A sua experiência democrática (já que sua democracia tem muitas falhas), só data desde 1991. Portanto, os russos ainda estão aprendendo o que é democracia e a imagem de um líder forte e másculo, o chamado “*strongman*”, ainda é muito importante para eles. Putin construiu essa imagem na Rússia, pilotando caças, submarinos e carros de fórmula I (além do seu histórico de “espião” da KGB), aparecendo fazendo atividades físicas e praticando judô, com o físico forte mesmo com sua idade[12]. Então, deixar a Ucrânia sair de sua órbita sem fazer nada seria visto como fraqueza. Porém, ao tomar a Crimeia, sua popularidade disparou mesmo com as sanções econômicas sofridas pela Rússia.

Além do já discutido valor militar da Crimeia e do porto de Sevastopol, Putin em uma entrevista[13], quando questionado sobre recentes manobras militares russas (que relembraram a Guerra Fria) através de forças aéreas e navais em espaço aéreo e águas “internacionais europeias”, cita os alargamentos da OTAN e as bases da aliança e dos EUA espalhados ao redor das fronteiras da Rússia e sarcasticamente rebate que as manobras militares de fato ocorreram, mas que o espaço aéreo e as águas ou são internacionais, ou seja, áreas neutras, ou são europeias, portanto, as manobras teriam sido realizadas exclusivamente em áreas neutras.

Ainda na mesma entrevista, o presidente russo é convidado a falar sobre o que estourou a Crise na Ucrânia, que segundo o entrevistador, foi iniciada por causa do acordo de nome "relativamente inofensivo” (o Acordo de Associação entre a União Europeia e a

[12] Cf. TERRA.
[13] Cf. ARD.

Ucrânia), o presidente russo é então questionado por que foi contra esse acordo e por que ele seria perigoso para a Rússia. Putin afirma que esse acordo de associação entre a UE e a Ucrânia incluiria uma União Aduaneira e que a Rússia e a Ucrânia já possuíam uma através da Comunidade de Estados Independentes (CIS), portanto, todos os produtos europeus entrariam na Rússia através da Ucrânia, livres de quaisquer taxas. Por fim, Putin é questionado se teria subestimado a reação do Ocidente ao anexar a Crimeia, ele então responde que considera a reação desproporcional, visto que o Ocidente considera a anexação ilegal, porém, teriam deixado um precedente claro com a independência do Kosovo.

Dessa maneira, vemos o quanto existem questões importantes que clarificam o que levou à Crise na Ucrânia e que não seriam possíveis através das análises meramente estruturais e abstratas do neorrealismo. A seguir apresentaremos um quadro resumindo as diversas abordagens entre as teorias:

Quadro 4 - As diferentes abordagens teóricas do Realismo.

Ramo do Realismo	**Origem dos Conflitos**	**O que buscam os Estados**	**Como explica a Crise na Ucrânia**
Tucídides	Natureza do homem	O que quiserem e puderem	A Rússia faz o que pode e a Ucrânia sofre o que deve.
Realismo Clássico	Natureza do homem	Poder	Disputa de poder entre EUA e Rússia.
Neorrealismo	Anarquia do Sistema Internacional	Segurança	Resultado de uma pressão sistêmica causada pela busca de maior segurança dos EUA e Rússia.
Realismo Neoclássico	Anarquia do Sistema Internacional	Segurança	Direito histórico, status/prestígio, fatores militares e econômicos.

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Considerando tudo isso, seguiremos para as considerações finais, em que o autor irá refletir sobre a pesquisa e seus resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou explicar a Crise na Ucrânia, tanto a anexação da Crimeia quanto a guerra na região de Donbas. Conceituando a teoria realista (e o neoliberalismo para comparação) de suas raízes através de Tucídides da Antiguidade Clássica, do realismo clássico de Hans Morgenthau, do neorrealismo de Keneth Waltz e do realismo neoclássico de Gideon Rose, além dos conceitos de soberania e autodeterminação. Ainda, buscou investigar a origem da crise através do estudo da história e também procurou averiguar a legalidade, sob o Direito Internacional, da secessão da Crimeia e sua subseqüente adesão à Federação Russa e relacionar aquela com o realismo. Além disso, buscamos analisar a crise sob diversas abordagens da teoria realista e compará-las.

O autor considera que no capítulo 2, subcapítulo 2.1 e 2.2, selecionou e conceituou de forma adequada as principais, dentre as diferentes abordagens, da Teoria Realismo, além de conceituar também seu principal contraponto teórico, para melhor compreensão do próprio realismo. Ainda, acredita que no subcapítulo 2.3 e 2.4, fez um percurso completo na história recente para explicar a origem da Crise na Ucrânia, explicitando os alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Além disso, o autor considera que no subcapítulo 2.2 conseguiu fazer uma pesquisa aprofundada na evolução dos conceitos de soberania e autodeterminação na história. Também julga que no capítulo 3, esclareceu a questão da legalidade da anexação da Crimeia, sob o Direito Internacional, baseado principalmente na Carta das Nações Unidas. Por fim, no capítulo 4, o autor fez uma análise da crise sob o prisma dos escritos de Tucídides, do realismo clássico, do neorrealismo e do realismo neoclássico e os comparou em relação ao que dizem sobre a origem do conflito e como o explicam.

Apesar de considerar os objetivos cumpridos, o autor reconhece que seria necessária outra pesquisa mais extensa para melhor relacionar os conceitos de soberania e autodeterminação com a anexação da Crimeia e sua legalidade, dado a complexidade do Direito Internacional. No entanto, relembra que no capítulo 3, esclarece que para explicar a Crise na Ucrânia sob o Realismo, o Direito Internacional se torna irrelevante, apesar de considerar a declaração de ilegalidade da anexação como pertinente para a pesquisa. O autor também avalia que mesmo com as dificuldades encontradas, a pesquisa serviu para aprofundar seus conhecimentos e que servirá de inspiração para futuras pesquisas.

Com a pesquisa, o autor também constatou que dentre as diversas abordagens do realismo estudadas, o realismo neoclássico lhe pareceu o mais adequado para o estudo da Política Internacional e para explicar e prever políticas externas, além de responder da melhor forma as perguntas levantadas por esta pesquisa. Dado a sua base sólida emprestada do neorrealismo do brilhante Keneth Waltz e da sua flexibilidade ao estender as suas análises ao nível dos Estados, mesmo que com maior subjetividade. Isso também lhe despertou o interesse no estudo de níveis de análises ainda mais profundos, como por exemplo, em como o pensamento e ideais das elites políticas afetam as decisões de Estado. Percebendo que tal estudo cairia em um campo muito novo das Relações Internacionais, no chamado Construtivismo.

O estudo dos diversos autores estudados revelou a qualidade bibliográfica existente no, relativamente novo, campo acadêmico das Relações Internacionais. E dessa forma, procurou fundamentar as postulações aqui apresentadas, com qualidade acadêmica, porém, da maneira mais objetiva possível. O autor espera assim que esta pesquisa sirva de contribuição, mesmo que de forma humilde, para a Universidade do Sul de Santa Catarina, para o meio acadêmico brasileiro geral, para as Relações Internacionais e para os futuros internacionalistas.

REFERÊNCIAS

ARD. **English: Exclusive ARD interview with Russian President Putin | Günther Jauch | ARD**. 17 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BdlXqyZHB9k>. Acesso em: 21/10/2015.

ASSEMBLEIA NACIONAL. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. UOL Educação, 18 mar. 2006. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao-integra-do-documento-original.htm>. Acesso em: 11/05/2015.

BBC. **Ukraine crisis in maps**. BBC News, Europe. 18fev. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-27308526>. Acesso em: 13/10/2015.

_____.**Why is Crime so dangerous**.BBC News, Europe. 11mar. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26367786>. Acesso em: 13/10/2015.

BRADY, Tara. **Selfskies from the frontline: People of the Crimea pose up with the masked Russian invaders**. Mail Online, 3 mar. 2014. Disponível em: <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2571799/Shocking-pictures-people-Crimea-taking-SELFIES-Russian-masked-gunmen-Ukraine-teeters-brink-war.html>. Acesso em: 16/10/2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação, Estado e Estado-Nação**. 18 de março de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>. Acesso em: 04/05/2015.

BROWN, Gregory S.. **The Great Powers and the State System (1648-1815)**. 23 de maio de 2007. Disponível em: <https://faculty.unlv.edu/gbrown/westernciv/wc201/wciv2c10/wciv2c10lsec2.html>. Acesso em: 12/05/2015.

BRYCE, James. **The Holy Roman Empire**. MacMillan and co., 1895. 513 p. Disponível em: <https://archive.org/details/holyromanempire06brycgoog>. Acesso em: 15/06/2015.

BUCHANAN, Elsa. **Ukraine crisis timeline:** From the highs of independence to a full-blown war. International Business Time, 21 abr. 2015. Disponível em: <http://www.ibtimes.co.uk/ukraine-crisis-timeline-highs-independence-full-blown-war-1497629>. Acesso em: 07/10/2015.

BURCHILL, Scott. et al. **Theories of International Relations**. Palgrave MacMillan, 2005. 310 p.

BUSH, George H. W..**Adress to the United Nations General Assembly by President George H. W. Bush**. U.S Department of State, 1 out. 1990.Disponívelem: <http://www.state.gov/p/io/potusunga/207268.htm>. Acesso em: 01/04/2015.

CASTRO, Thales. **Teorias das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 578 p.

COELHO, Bruno Moreira Silva; MIRANDA, Gustavo dos Santos de. Keneth Waltz – Parte I: As produções teóricas até a década de 1980. **Conjuntura Internacional**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 16 set. 2013. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/09/16/kenneth-waltz-parte-i-as-producoes-teoricas-ate-a-decada-de-1980/>. Acesso em: 23/08/2015.

COUNCIL OF FOREIGN RELATIONS. **The North Atlantic Treaty Organization**, 27 feb. 2015. Disponível em: <http://www.cfr.org/nato/north-atlantic-treaty-organization-nato/p28287>. Acesso em: 23/09/2015.

DANN, Otto; DINWIDDY, John. **Nationalism in the Age of the French Revolution**. The Hambledon Press, 1988. 225 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qrujM36H7qUC&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 26/05/2015.

DUARTE, Paulo. Um mundo 'Uni-Multipolar'. **Boletim Mundorama**. 30 ago. 2013. Disponível em: <http://mundorama.net/2013/08/30/um-mundo-uni-multipolar-por-paulo-duarte/>. Acesso em: 21/10/2015.

EURASIAN UNION. **Discovery Channel – End of the USSR**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0g6arFbKZ60&list=PLD9316DC99DA38798>. Acesso em: 23/08/2015.

FREEDMAN, Lawrence. Ukraine and the Art of Crisis Management. **Survival:Global Politics and Strategy**,23mai. 2014, v. 56, n. 3, p. 7-42. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2014.920143>. Acesso em: 29/03/2015.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. Nova Iorque: Free Press, 1992. 418 p.

GLOBAL DEMOCRACY RANKING. **Democracy Ranking 2014.** Disponível em: <http://democracyranking.org/wordpress/?page_id=831>. Acesso em: 19/10/2015.

GLOBAL FIREPOWER, 2015. **Military power comparison results for Russia vs. Ukraine.**Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-comparison-detail.asp?form=form&country1=russia&country2=ukraine&Submit=COMPARE>. Acesso em: 20/10/2015.

GROSS, Leo. The Peace of Westphalia, 1648-1948, **The American Journal of International Law**, v. 42, n. 1, p. 20-41. American Society of International Law, jan. 1948. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2193560>. Acesso em: 14/05/2015.

HOBSBAWM, Eric. **Nations and Nationalism since 1780**: Programme, Myth, Reality. Cambridge: University Press, 1992. 206 p. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/ebook.jsf?bid=CBO9781139051880>. Acesso em: 06/05/2015.

_____. **Age of Revolution 1789-1848**. Nova Iorque: Vintage Books, 1996. 356 p. Disponível em: <https://libcom.org/library/age-revolution-1789-1848-eric-hobsbawm>. Acesso em: 26/05/2015.

JONES, Peter. **The 1848 Revolutions**. 2. ed. Routledge, 2013. 144 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=6tQWAgAAQBAJ&dq=revolutions+1848&lr=&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 26/05/2015.

KENDALL, Bridget. **Ukraine maps chart Crimea`s troubled past**. BBC News, Europe. 13 mar. 2014. Disponívelem: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26476314>. Acesso em: 13/10/2015.

KESSLER, Glenn. **Grover's Norquist history lesson:** George HW Bush, 'no new taxes,' and the 1992 election. The Washington Post, 27 nov. 2012. Disponível em: < http://www.washingtonpost.com/blogs/fact-checker/post/grover-norquists-history-lesson-george-hw-bush-no-new-taxes-and-the-1992-election/2012/11/26/cfd6d65a-3811-11e2-8a97-363b0f9a0ab3_blog.html>. Acesso em: 23/08/2015.

KIRBY, Paul. **Ukraine conflict:** Why is the east hit by conflict?.BBC News, 18 feb. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-28969784>. Acesso em: 29/03/2015.

KIRGIS, Frederic L.. The Degrees of Self-Determination in the United Nations Era. **The American Journal of International Law**. v. 88, n. 2, p. 304-310, abr, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2204101>. Acesso em: 15/06/2015.

KITCHEN, Nicholas. Systemic pressures and domestic ideas: a neoclassical realist model of grand strategy formation. **Review Of International Studies,** [s.l.], v. 36, n. 01, p.117-143, jan. 2010. Cambridge University Press (CUP). DOI: 10.1017/s0260210509990532. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/27670/>. Acesso em: 10/09/2015.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. Foreign Affairs, **America and the World**, v. 70, n. 1, p. 23-33, 1990/1991. Disponível em: <http://www.metu.edu.tr/~utuba/Krauthammer.pdf>. Acesso em: 26/03/2015.

KROPATCHEVA, Elena. Russian foreign policy in the realm of European security through the lens of neoclassical realism, **Journal of Eurasian Studies**, 26 ago. 2011. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187936651100025X>. Acesso em: 10/09/2015.

KURTH, James. NATO Expansion and the Idea of the West, **Orbis**, v. 41, n. 4, p. 555-567, 1997. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438797900053>. Acesso em: 08/04/2015.

LEARN EUROPE. Disponível em: <http://www.learneurope.eu/index.php/en/temas/history/>. Acesso em: 23/09/2015.

MEARSHEIMER, John J..Why the Ukraine Crisis is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin, **Foreign Affairs**, set/out.2014. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/141769/john-j-mearsheimer/why-the-ukraine-crisis-is-the-wests-fault>. Acesso em: 09/04/2015.

_____. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001. 592 p.

MIELNICZUK, Fabiano. A Crise Ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais, **Revista Conjuntura Austral**, v. 5, n. 23, p. 4-19, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>. Acesso em: 29/03/2015.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações:** A luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Universidade de Brasília, 2003. 1093 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Security Council Resolutions – 1990. **Resolution 678**. 29 nov. 1990. Disponível em: <http://www.un.org/Docs/scres/1990/scres90.htm>. Acesso em: 23/08/2015.

OXFORD DICTIONARIES. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/nomenklatura>. Acesso em: 23/09/2015.

PASHAKHANLOU, ArashH.. Comparing and Contrasting Classical Realism and Realism, **E-International Relations Students**, 23 jul.2009. Disponível em: < http://www.e-ir.info/2009/07/23/comparing-and-contrasting-classical-realism-and-neo-realism/>. Acesso em: 11/08/2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato**: Política Internacional. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 396 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/catalog/view/theme/default/image/pdf.jpg>. Acesso em: 26/03/2015.

POPE, Charles. **Cheney changed his views on Iraq**. SeattlePI, 28 set. 2004. Disponível em: <http://www.seattlepi.com/national/article/Cheney-changed-his-view-on-Iraq-1155325.php>. Acesso em: 26/03/2015.

PRIDHAM, Geoffrey. **Assessing Democratic Consolidation in Central & Eastern Europe**: The European Dimension, University of Bristol, 2005.23 p. Disponível em: <http://www.palgrave-journals.com/ap/journal/v41/n4/abs/5500165a.html>. Acesso em: 08/04/2015.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy, **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144-172, out. 1998.Cambridge University Press.Disponível em: <https://www.academia.edu/5865856/Review_Article_of_Neoclassical_Realism_and_Theories_of_Foreign_Policy_by_Gideon_Rose>. Acesso em: 10/09/2015.

RT. **Stabbing the Empire**: Last Day of Soviet Union. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cvoa25IiUEo>. Acesso em: 23/08/2015.

RUTLAND, Peter.**The Russian Revolution of 1991 and the Dissolution of the USSR**. Wesleyan University, 2006. Disponível em: <http://prutland.web.wesleyan.edu/research.htm>. Acesso em: 06/04/2015.

RUSSIAPEDIA. Disponível em: <http://russiapedia.rt.com/russian-history/perestroika/>. Acesso em: 23/09/2015.

SINDELAR, Daisy. **Was Yanukovych's Ouster Constitutional?**.Radio Free Europe, Radio Liberty, 2014. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/was-yanukovychs-ouster-constitutional/25274346.html>. Acesso em: 16/10/2015.

SLAUGHTER, Anne-Marie. **International Relations, Principal Theories**. Max Planck Encyclopedia of Public International Law, Oxford University Press, 2011. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~slaughtr/Articles/722_IntlRelPrincipalTheories_Slaughter_20110509zG.pdf>. Acesso em: 14/05/2015.

STONER-WEISS, Kathryn; MCFAUL, Michael. **Domestic and International Influences on the Collapse of the Soviet Union and Russia's Initial Transition to Democracy**. Center on Democracy, Development, and The Rule of Law Working Papers, Freeman Spogli Institute for International Studies, Stanford University, n.108, 2009. 39 p. Disponível em: <http://cddrl.fsi.stanford.edu/publications/domestic_and_international_influences_on_the_collapse_of_the_soviet_union_1991_and_russias_initial_transition_to_democracy_1993>. Acesso em: 08/04/2015.

TERRA. **5 coisas que você precisa saber sobre Vladimir Putin**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/vladimir-putin/>. Acesso em: 21/10/2015.

THE WAR ROOM. **Russian Gen. Makarov: "full-scale war involving nuclear weapons"**. Disponível em: <http://tomnichols.net/blog/2011/11/18/russian-gen-makarov-full-scale-war-involving-nuclear-weapons/>. Acesso em: 23/09/2015.

THOMPSON, Nick. **Ukraine: Everything you need to know about how we got here**, CNN, abr.2015. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/02/10/europe/ukraine-war-how-we-got-here/index.html>. Acesso em: 15/09/2015.

TRENIN, Dmitri. **The Ukraine Crisis and the Resumption of Great Power Rivalry**, Carnegie Moscow Center, jul.2014. Disponível em: <http://carnegie.ru/2014/07/09/ukraine-crisis-and-resumption-of-great-power-rivalry>. Acesso em: 09/04/2015.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. 582 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0041.pdf>. Acesso em: 20/10/2015.

UNESCO. **Nation-State**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/nation-state/>. Acesso em: 27/05/2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do Candidato**: História Mundial. 3. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 283 p.

WALT, Stephen M.. **Origins of Alliances**. Ithaca: Cornell University Press, 1987. 336 p.

WALTZ, Keneth N..**Theory of International Politics**. Addison-Wesley Publishing Company, 1979. 251 p.

WILSON, Woodrow.**President Woodrow Wilson's Fourteen Points**. The Avalon Project. Yale Law School. 8 jan. 1918. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp>. Acesso em: 16/06/2015.